

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 17

EXPRESSO 222 - TERESINA - PI - NOTÍCIAS  
ANFIP

Ciro diz a auditores fiscais que orçamento secreto é "corrupção na veia" - Hora do Povo ..... 4

R7 - DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA  
ANFIP

Ciro se reúne com PRFs e auditores fiscais em agenda em Brasília..... 5

REDE TV! - NACIONAL - LEITURA DINÂMICA  
ANFIP

Bolsonaro participa do encontro nacional do agro..... 7

LIGA DEMOCRÁTICA - NOTÍCIAS  
ANFIP

Ciro Gomes propõe renda mínima média de R\$ 1.000 por domicílio..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Presidenciável mais rico é do Novo..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Retirada de patrocínio de fundações gera polêmica..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Sem reajuste para Segurança..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auxílio de R\$ 600 mantido em programa de governo..... 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O esforço dos presidenciáveis pela confiança do PIB..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula falta a encontro com empresários do varejo em São Paulo..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lei de Biden une política industrial, tributos, clima e desigualdade (Editorial)..... 16

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tudo pelo PIB: de discurso amenizado a agenda liberal, Lula e Bolsonaro adaptam plano econômico para atrair empresários ..... 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA/INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil tem a segunda conta de energia mais cara do mundo..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação seguirá pressionando o bolso até as eleições, apontam economistas..... 21

Quinta-Feira, 11 de Agosto de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Bolsonaro registra plano de governo sem propostas concretas em economia** ..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Situação fiscal piorou para 93% dos economistas consultados pelo BC** ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Na Fiesp, Lula promete nova política industrial sem rever erros passados** ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Ao votar nova lei, democratas podem ter salvo a civilização** ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Trump se nega a responder perguntas em caso de fraude** ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Armadilhas orçamentárias (Editorial)** ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Proposta para 2023 não reflete políticas públicas que serão executadas** ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Aumento salarial de 18% é aprovado** ..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Planalto mantém Orçamento secreto** ..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Inflação nos Estados Unidos desacelera e dólar cai** ..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Alívio com ressalvas (Editorial)** ..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

**STF dá aval a reajuste de 18% a magistrados** ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Mesmo após deflação, Brasil tem 4ª pior carestia entre o G20** ..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Inflação nos EUA tem alívio, puxa Bolsa e derruba dólar** ..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Bolsonaro transforma teto de emenda de relator em piso** ..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - CARTA PELA DEMOCRACIA  
ECONOMIA

**Por que ameaça à democracia afeta economia e negócios** ..... 48

---

Quinta-Feira, 11 de Agosto de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Guedes cita alvo de 60% do PIB para dívida pública ..... 50

# Ciro diz a auditores fiscais que orçamento secreto é "corrupção na veia" - Hora do Povo

Posted By: *expresso222*

Ciro com os representantes da **Anfip**, Sindifisco e Fenafisco. Foto: Reprodução - Youtube

O candidato do PDT à Presidência da República, **Ciro Gomes**, disse nesta quarta-feira (10), que o orçamento secreto é "corrupção na veia" e que qualquer auditor pode encontrar facilmente desvios de 30% a 40% dos recursos direcionados à rubrica.

Ciro fez esta e outras declarações justamente a auditores fiscais, durante debate promovido por pool de entidades do segmento, em Brasília.

O candidato lembrou na exposição que fez pela qual orçamento secreto consome cerca de R\$ 19 bilhões de total de R\$ 25 bilhões disponíveis para investimento no País.

Ciro fez críticas a **Jair Bolsonaro** (PL), candidato à reeleição, a quem definiu como "inqualificável", mas enfatizou que é necessário pensar a mudança do modelo econômico vigente, baseado no baixo crescimento, juros altos, arrocho salarial e desindustrialização. "Tudo bem, a gente derrota o fascismo, e no dia seguinte?", indagou.

'CHICO TARADO'

"A profundidade da crise mostra que nosso problema não é o 'Chico tarado' que está aí. É inqualificável, mas não foi ele que produziu isso", disse o candidato, referindo-se ao modelo econômico e de governança política implantado no país.

Entre as promessas de campanha debatidas no evento, a derrubada do teto de gastos públicos foi tratada pelo candidato no debate. Segundo ele, "a ferramenta é uma excrescência", que impede o país de crescer.

As entidades organizadoras do projeto Diálogos com os Presidenciais 2022 - **Anfip**, Fenafisco e Sindifisco Nacional - receberam, nesta quarta-feira, o candidato à Presidência **Ciro Gomes**, do PDT (Partido Democrático Trabalhista), que respondeu perguntas e apresentou a proposta de governo dele, que envolve o sistema tributário nacional.

**Ciro Gomes**, que é advogado e professor universitário, foi deputado estadual, prefeito de Fortaleza (CE), governador do Ceará, ministro da Fazenda, ministro da Integração Nacional e deputado federal. Concorreu à Presidência da República em 1998, 2002, 2018, e, agora, em 2022.

## TERCEIRO NA CORRIDA AO PLANALTO

O presidenciável do PDT aparece em todos as pesquisas de intenção de voto na terceira colocação, atrás do ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e de **Jair Bolsonaro**.

Na mais recente, realizada pelo BTG/FSB e divulgada nesta terça-feira (9), **Ciro** aparece com 7% de intenções de voto. Caiu 2 pontos de julho para agosto.

A questão é que, entre os entrevistados que anunciaram voto em **Ciro**, 58% admitem que essa decisão pode mudar.

Nessa pesquisa, **Lula** aparece com 41%, e **Bolsonaro** com 34%. Trata-se de a menor distância entre os dois contendores, até o momento, ao Planalto.

M. V.

Fonte:

Site: <https://expresso222.com.br/ciro-diz-a-auditores-fiscais-que-orcamento-secreto-e-corrupcao-na-veia-hora-do-povo/>

# Ciro se reúne com PRFs e auditores fiscais em agenda em Brasília

**Brasília**

/  
**Alan Rios, do R7, em Brasília**

Ciro Gomes recebeu uma carta de propostas para a segurança pública em reunião com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), em Brasília, nesta quarta-feira (10). A entidade vai entregar o documento a todos os candidatos à Presidência. No segundo compromisso público do dia, **Ciro participa de diálogo sobre a reforma tributária.**

Pela manhã, o candidato do PDT conversou com os agentes da PRF e ouviu demandas dos servidores. No documento entregue pela federação ao presidenciável, os policiais citam problemas da categoria como o atual procedimento de registro de ocorrências - que chamam de "moroso" e prejudicial, por retirar agentes das ruas -, a falta de amparo aos familiares em caso de morte em serviço e a defasagem do salário inicial da PRF em relação às demais carreiras típicas de Estado.

"Eu, por exemplo, disse que vou ambientar a questão deles da previdência no grande novo modelo. Vou estudar, mas vai vir essa resposta. Sobre o ponto de vista da pedida salarial, vencido o teto de gastos e o modelo tributário que eu quero fazer e mostrei para eles a base, quero voltar pelo menos a sinalizar que eles vão ter de novo uma equivalência razoável com as carreiras de Estado", disse **Ciro**.

O candidato criticou o veto de Bolsonaro ao reajuste e à regulamentação de gratificação de carreiras policiais, desta quarta-feira, mas ressaltou que, com o teto de gastos atual, não é possível reajustar o salário de todos os servidores.

"Como eu vou resolver? Como eu fiz quando fui governador. Estou propondo tributo sobre grandes fortunas, progressividade maior no imposto de renda, tributo sob lucros e dividendos, corte de renúncias fiscais imorais. Então sei como achar R\$ 300 bilhões por ano. [...] Com isso, posso ter uma folga fiscal para fazer a reestruturação da administração pública brasileira."

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

LUCIENE COSTA/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Dovercino Borges Neto, presidente da FenaPRF, disse que a entidade é do Estado, sem relação direta com governos. "Embora exista essa forçação de barra do atual presidente para vincular essa imagem, pelos resultados positivos que a PRF apresenta, somos uma polícia de Estado, jamais de governo", contou.

Ele também afirmou que, com o cenário político atual, surge uma preocupação com a democracia. A carta da

entidade entregue aos presidenciáveis pede que "as eleições transcorram da melhor forma possível, em um ambiente democrático e livre".

Ciro também teve encontros com a Embaixada da China pela manhã e disse ter agenda com a Embaixada dos Estados Unidos no mesmo dia. Nenhuma das duas reuniões estava prevista na agenda oficial divulgada pela assessoria do candidato.

Durante a tarde, ele participa do evento "Diálogos com os presidenciáveis - **Reforma tributária**", realizado pelo Sindifisco Nacional (entidade sindical representativa dos auditores fiscais da **Receita Federal**) em conjunto com a Federação Nacional do Fisco Nacional e Distrital e a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil.

Ciro Gomes é o candidato do PDT à Presidência nas eleições deste ano, em chapa com a recém-anunciada como vice Ana Paula Matos, que ocupava cargo de vice-prefeita em Salvador. Ele já foi deputado estadual por duas legislaturas no Ceará (1983 a 1989), prefeito de Fortaleza (1989 a 1990) e governador do Ceará (1991 a 1994).

Como ministro, passou pelas pastas da Fazenda, no governo Itamar Franco (1994), e da Integração Nacional, no governo Lula (2003 a 2006). O último mandato político foi o de deputado federal, entre 2007 e 2011. [Ciro protocolou o registro de candidatura no Tribunal Superior Eleitoral nesta terça-feira \(9\). O plano de governo pode ser conferido neste link do TSE](#)

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/ciro-se-reune-com-prfs-e-audidores-fiscais-em-agenda-em-brasil-10082022>

# Bolsonaro participa do encontro nacional do agro



**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2022/08/11/REDETVNACIONAL-00.41.14-00.43.13-1660190132.mp4>**

# Ciro Gomes propõe renda mínima média de R\$ 1.000 por domicílio

O candidato do PDT à Presidência, **Ciro Gomes**, defendeu nesta quarta-feira (10) a criação de um programa de renda mínima universal de R\$ 1.000 em média por domicílio, a um custo estimado em R\$ 170 bilhões por ano, ou em torno de 6% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Esse programa, que se chamaria Eduardo Suplicy, em homenagem ao atual vereador do PT em São Paulo, incluiria o BPC -benefício assistencial concedido a idosos ou portadores de deficiência de baixa renda-?, a aposentadoria rural e o atual Auxílio Brasil. Só o Auxílio Brasil de R\$ 600 tem um custo anual estimado em R\$ 150 bilhões.

O pedetista detalhou o programa em evento em Brasília promovido pelo Sindifisco Nacional (sindicato que representa os auditores-fiscais da **Receita Federal**) em conjunto com a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Nacional e Distrital) e a **Anfip** (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal**).

Segundo ele, o programa seria financiado pelo Orçamento do Auxílio Brasil, do BPC, da aposentadoria rural e pela arrecadação do imposto sobre grandes fortunas, com alíquota de 0,5% a 1,5%. Isso fecha a conta, já fizemos as simulações todas. Ninguém precisa duvidar, e terá status constitucional, disse.

Ciro disse que o programa de renda mínima teria condicionalidades já existentes, como vacinação e frequência escolar, mas ressaltou que a ideia é que tenha portas de saída e seja ancorado no crescimento do país. Com isso, eu tenho o compromisso de, nos primeiros dois anos, gerar cinco milhões de empregos, afirmou.

O presidencial também propõe mudança na Previdência para incluir parte da renda associada ao regime de repartição e outra ligada à capitalização.

Além da taxação de grandes fortunas, **Ciro** defende a recriação do imposto sobre lucros e dividendos, o que geraria cerca de R\$ 70 bilhões. Ele admitiu a possibilidade de a carga tributária do país aumentar com os novos **impostos**, mas defendeu que isso seria compensado pela redução da cobrança de **impostos** sobre os mais pobres e no consumo.

A primeira grande coisa é subir a tabela de imposto de renda. Se eu boto uma alíquota de 35%, eu vou subir o valor das isenções gradualmente para um valor razoável e vou criar uma faixa menor para quem começar, ressaltou. A ideia é que, no limite, a carga tributária permaneça como está.

No evento, **Ciro Gomes** criticou programas como o Refis (recuperação fiscal). No meu governo, não haverá nenhum ano de Refis, como não houve no governo do Ceará. Ou paga ou vai ser executado, disse.

?Mais cedo, o presidencial esteve em evento na FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais). No local, **Ciro** criticou o veto presidencial ao reajuste salarial especial a policiais em 2023. **Bolsonaro** rejeitou os trechos que autorizavam reestruturação e recomposição salarial dessas carreiras, que fazem parte da base de apoio política do governo. O presidente, porém, sancionou o dispositivo que abre caminho para um reajuste mais amplo a servidores no próximo ano.

Me parece uma fraude [o veto], porque havia uma expectativa, na medida em que eles lutaram junto ao Congresso e o Congresso aprovou, de que o presidente concordasse com isso, disse o candidato, antes de dizer que não poderia se estender sobre o tema por não ter estudado o assunto.

Ele disse, contudo, ser perfeitamente possível dar reajuste aos policiais, desde que haja uma discussão do teto de gastos no país.

#### Notícias Relacionadas:

ROTEIRO NOTÍCIAS - MT

Ciro Gomes propõe renda mínima média de R\$ 1.000 por domicílio  
DN NOTÍCIAS - CUIABÁ - MT

Ciro Gomes propõe renda mínima média de R\$ 1.000 por domicílio

#### Site:

<https://ligademocratica.com/publicacao/229621/ciro-gomes-propoe-renda-minima-media-de-r-1000-por-domicilio.htm>



# Presidenciável mais rico é do Novo

***Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Vandson Lima, Murillo  
Camarotto e Matheus Schuch De Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)

**Site:**

***[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)***

# Retirada de patrocínio de fundações gera polêmica

*Edna Simão De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298)

## Sem reajuste para Segurança



*raphael felice*

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou ontem, com 36 vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023. A lei que determina como a União irá gastar no próximo ano foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), e os trechos vetados pelo poder Executivo passarão por uma análise conjunta de deputados federais e senadores em uma sessão do Congresso Nacional, ainda sem data definida.

Em um dos vetos, Bolsonaro retirou da LDO verbas previstas para realizar recomposições salariais e reestruturação de carreiras de categorias da área de segurança pública ligadas à União, que integram uma importante base eleitoral para o candidato à reeleição.

Apesar da mobilização no primeiro semestre, agentes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), de carreiras de segurança pública do Distrito Federal e servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ficaram sem previsão de reajuste.

O governo justificou que já existe uma autorização para promover reestruturações de cargos e funções e recomposições ou reajustes para **servidores públicos** em 2023, e que a presença das medidas na LDO causariam "desequilíbrio" entre os órgãos responsáveis por gerir as carreiras. No entanto, a própria justificativa do veto publicada no DOU afirma que a avaliação sobre as carreiras da segurança pública merece maior atenção durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Também houve alteração em diárias pagas para as categorias durante missões ou viagens a trabalho. Segundo a LDO aprovada pelo Congresso, as diárias deveriam ser pagas no valor de 1/30 da remuneração

mensal da respectiva carreira. A medida valia também para demais funcionários públicos vinculados a quaisquer dos Três Poderes.

Bolsonaro vetou a medida por entender que já há leis e decretos que garantem as diárias pagas a servidores da União em viagens a trabalho. A medida era uma reivindicação, por exemplo, da Polícia Federal, aliada do presidente da República. No primeiro semestre de 2022, policiais vinculados à União fizeram uma série de manifestações, pedindo recomposição salarial e também ajustes nas diárias.

Em nota, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis), manifestou "consternação" pelos vetos presidenciais às previsões de reestruturação de carreiras, correção salarial e provimento de cargos na Abin.

"A negociação para a inclusão dessa autorização ocorreu de modo transparente e inclusivo no âmbito do Congresso Nacional, e visava corrigir injustiças que já se acumulam há mais de uma década de perdas salariais significativas", comentou a associação. "Ressaltamos que não recebemos qualquer aumento real há muitos anos, e que somente a **inflação** já corroeu nossa remuneração em cerca de 60% desde 2011", posicionaram-se os servidores da agência. A Intelis ainda manifestou solidariedade às carreiras policiais que também tiveram vetados os reajustes por Bolsonaro.

### Frente da Lealdade

Um grupo de deputados da base bolsonarista no Congresso Nacional lançou, ontem, a Frente da Lealdade Acima de Tudo. Presidido pela deputada Carla Zambelli (PL-SP), o grupo tem o intuito de alinhar com candidatos ao Legislativo nos estados as pautas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), resumidas no lema "Deus, Pátria, Família e Liberdade". A deputada afirmou que o grupo será um impulsionador para a campanha de todos, tanto nos estados quanto a nível nacional, para a reeleição do presidente.

Todos os membros terão o mesmo número nas urnas, e poderão fazer campanhas alinhadas. "Queremos aumentar as chances não só de sermos eleitos, mas, quem sabe, de carregar votos para a chapa", explicou Carla Zambelli.

# Auxílio de R\$ 600 mantido em programa de governo



MAURO PIMENTEL/AFP

Auxílio Brasil de R\$ 600 é uma das apostas do presidente Jair Bolsonaro para ser reeleito em outubro

**Rosana Hessel**

Às vésperas do início da campanha eleitoral e do fim do prazo para registro das candidaturas, que é 15 de agosto, as campanhas dos candidatos começam a definir seus programas de governo e garantir o registro de seus nomes no Tribunal Superior Eleitoral para se garantirem na disputa. Os nove candidatos à Presidência da República têm patrimônio total de pouco mais de R\$ 56 milhões. O plano de governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) prevê a continuidade do Auxílio Brasil de R\$ 600 no próximo ano, mas não diz de onde virão os recursos. "Um dos compromissos prioritários do governo reeleito será a manutenção do valor de R\$ 600 para o Auxílio Brasil a partir de janeiro de 2023", destaca o programa de campanha do chefe do Executivo, registrado no Tribunal Superior Eleitoral na noite de terça-feira.

Nesta semana, graças à aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que ampliou benefícios sociais, o governo iniciou o pagamento do auxílio do programa que substituiu o Bolsa-Família com o novo valor, de R\$ 600. Conforme dados do governo, 18,1 milhões de famílias recebem o auxílio. De acordo com o documento de 48 páginas, que faz propaganda da atual gestão, as famílias nas quais o responsável familiar for registrado no mercado formal não perderão o direito ao benefício do programa de transferência de renda, além de receberem um bônus de R\$ 200 no novo valor do benefício, que será pago até dezembro.

Pelos cálculos da equipe econômica, a manutenção do auxílio de R\$ 600 em 2023 deverá aumentar as despesas da União no ano que vem em cerca de R\$

60 bilhões. No momento, não há espaço fiscal para tanto. E, não à toa, o governo já está estudando uma forma de acabar de vez com o teto de gastos (emenda que limita o crescimento da maioria das despesas federais à **inflação**) - que já foi destruído no ano passado, quando o Congresso aprovou a PEC dos Precatórios e o governo jogou para debaixo do tapete mais de R\$ 40 bilhões de dívidas judiciais em que não cabiam mais recursos.

A nova proposta, que está sendo discutida internamente no Ministério da Economia, prevê uma nova flexibilização no teto, limitando como referencial a dívida pública bruta em 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Está na cara que o governo está acreditando que será reeleito e já está tentando se adiantar para flexibilizar de novo o teto de gastos no ano que vem e, assim, abrir espaço fiscal para pagar o auxílio de R\$ 600 permanente", alertou o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

Para ele, o governo está dando um péssimo sinal ao mercado ao tentar novamente mexer no teto de gastos sempre que precisa aumentar despesas. Foi assim com a PEC dos Precatórios e com a PEC Eleitoreira e tudo indica que acontecerá de novo, em 2023, com o novo valor do auxílio.

O programa não detalha qual **reforma tributária** Bolsonaro pretende realizar se for eleito, pois a proposta original previa a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e foi deixada de lado devido à rejeição da sociedade e dos parlamentares. Com isso, o texto se limita a citar a proposta fatiada com a reforma do Imposto de Renda, que pretende isentar todos os trabalhadores que recebem R\$ 2,5 mil mensais, mas sinalizou ampliar esse valor, algo que tem deixado técnicos da equipe econômica bastante preocupados com o descontrole fiscal.

"Em julho de 2021, o texto foi enviado ao Congresso Nacional e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não avançou no Senado. O governo reeleito de Jair Bolsonaro continuará perseguindo a efetivação dessa proposta e a ampliação da desoneração ao trabalhador", destacou o texto. "Sem a pandemia e com o crescimento econômico, com responsabilidade fiscal, será possível perseguir o objetivo de isentar os trabalhadores que recebam até

cinco salários mínimos durante a gestão 20232026", emendou o documento.

Atualmente, o salário mínimo é de R\$1.121, portanto, essa nova faixa de isenção seria de, pelo menos, R\$ 6.060. Resta saber como é que o governo vai conseguir arrumar dinheiro para cobrir mais essas despesas adicionais. Na campanha de 2018, Bolsonaro também prometeu isentar quem ganhava até cinco salários mínimos, mas não conseguiu cumpri-la. O limite de isenção atual é de R\$ 1,9 mil e a proposta que foi aprovada na Câmara e que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso prevê a correção da tabela para isentar da mordida do leão quem ganha até R\$ 2,5 mil.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/08/2022/p1>

# O esforço dos presidenciáveis pela confiança do PIB

**SÉRGIO ROXO, JENIFFER GUIARTE, JUSSARA  
SOARES, GUSTAVO SCHMTTT E CAMILA ZARUR**  
*politica@oglobo.com.br BRASÍUA ESIO MULO*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Lula falta a encontro com empresários do varejo em São Paulo

*Adriana Mattos e Mônica Scaramuzzo De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)

# Lei de Biden une política industrial, tributos, clima e desigualdade (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=8&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=8&section=2)



# Tudo pelo PIB: de discurso amenizado a agenda liberal, Lula e Bolsonaro adaptam plano econômico para atrair empresários

Por Camila Zarur, Gustavo Schmitt, Jeniffer Gularte, Jussara Soares e Sérgio Roxo

Na corrida pelo Palácio do Planalto, os principais candidatos na disputa tem modulado discursos e adequado seus planos de governo para conquistar a confiança de grandes empresários, responsáveis por parcela significativa do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. De um lado, o presidente Jair Bolsonaro (PL) aposta na sua agenda liberal na economia para manter o apoio em setores que o ajudaram a se eleger há quatro anos, como mercado financeiro e agronegócio. Do outro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta superar a desconfiança de que dará um cavalo de pau nas atuais políticas econômicas e tem amenizado algumas de suas propostas, como a de rever a reforma trabalhista.

O principal foco de Lula para vencer resistências com o empresariado tem sido o alinhamento do seu discurso. Na terça-feira, em debate na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o petista revelou a intenção de fazer uma reforma administrativa caso seja eleito. O tema, que agrada ao empresariado por representar um enxugamento de gastos públicos, não havia entrado na pauta da campanha até o momento.

Pesa contra Lula, contudo, o fato de evitar dar detalhes do que pretende fazer caso seja eleito, divulgando apenas linhas gerais em seu programa de governo e adaptando o discurso de acordo com o público.

No encontro na Fiesp, por exemplo, Lula se comprometeu a dar voz aos empresários na construção de uma **reforma tributária**. Nas diretrizes do programa de governo, o tema é abordado com ênfase na redução da cobrança de **impostos** para os mais pobres e aumento para os mais ricos.

Foi, porém, ao abordar esse assunto que Lula causou descontentamento. A proposta de trabalhar para reduzir os **impostos** do consumo são aplaudidas, mas ao afirmar que parte da compensação virá com cobrança de imposto sobre patrimônio desagradou aos empresários.

- O que ele está tentando é convencer que não é radical como no começo (da carreira política). Ele atenuou quando foi falar de reforma trabalhista - disse Salo Seibel, do Grupo Ligna, um dos vice-presidentes da Fiesp.

Além de eventos com pesos pesados do **PIB**, a campanha petista também tenta atrair pequenos e médios empresários. Lula irá se reunir com pelo menos 150 representantes do setor na semana que vem.

## Estabilidade

Na campanha de Bolsonaro, por sua vez, a estratégia tem sido intensificar a aproximação com empresários para demonstrar respaldo ao projeto econômico. Segundo um integrante da equipe do presidente, ter a chancela do empresariado é importante para demonstrar que há confiança de estabilidade em um eventual segundo mandato, o que sinaliza um cenário seguro para novos investimentos.

Em seu plano de governo, Bolsonaro promete manter esforços de garantir a estabilidade econômica e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública através da consolidação do ajuste fiscal no médio e longo prazo. O texto, contudo, não menciona o teto de gastos, principal âncora fiscal do governo, que foi por algumas vezes driblado no atual mandato para permitir aumento de despesas, como o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600.

Enquanto o atual presidente se esquia de se comprometer com o mecanismo que limita despesas, a defesa do teto é uma das bandeiras da senadora Simone Tebet (MDB-MS). Ela se aproximou de um grupo de empresários e angariou apoio de economistas que tentam impulsionar, ainda sem sucesso, sua candidatura à Presidência.

Embora a possibilidade de quebrar a polarização entre Lula e Bolsonaro seja vista com ceticismo por empresários, suas propostas agradam. Em declarações recentes, Tebet tem feito uma série de gestos ao setor, como a defesa de uma **reforma**

**tributária** em seis meses.

Já as propostas de **Ciro Gomes** (PDT), terceiro colocado nas pesquisas, são vistas com ressalvas por parte do empresariado. Um exemplo é a taxa de grandes fortunas. O candidato também já defendeu a reforma trabalhista e revogar o teto de gastos. O pedetista, porém, tem ideias que acenam ao **PIB**, como a promessa de promover uma reindustrialização no país e a de ampliar os investimentos em infraestrutura.

Acenos e propostas

Lula

O ex-presidente tem usado a escolha do ex-governador **Geraldo Alckmin** para vice em sua chapa como garantia de que não será radical na área econômica. Faz acenos com medidas que agradam o setor, como o compromisso de trabalhar por uma reforma administrativa e a defesa de uma **reforma tributária**. O petista também amenizou o tom em relação à reforma trabalhista. A revogação dessa legislação chegou a entrar na pauta da campanha, mas foi revista. A mudança causa desconfiância entre empresários. Também vai na contramão a defesa, pelo petista, da tributação de patrimônio e do fim do teto de gastos.

Jair Bolsonaro

O presidente promete manter a agenda liberal com a qual foi eleito há quatro anos. Em seu projeto de reeleição, ele diz que vai perseguir a estabilidade econômica e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública. O plano de governo de Bolsonaro não menciona, no entanto, o teto de gastos, que foi por algumas vezes driblado em sua gestão para permitir aumento de despesas. O titular do Palácio do Planalto tenta manter o apoio de setores simpáticos a ele, como o agronegócio e o mercado financeiro.

Ciro Gomes

As propostas do pedetista, terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, são vistas com ressalvas por parte do empresariado. Um exemplo é a taxa de grandes fortunas. O candidato também já defendeu a reforma trabalhista e revogar o teto de gastos. O pedetista, porém, tem ideias que acenam ao **PIB**, como a promessa de promover uma reindustrialização no país e a de ampliar os investimentos em infraestrutura.

Simone Tebet

Propostas da senadora como a defesa do teto de

gastos e da reforma trabalhista têm apoio do empresariado. Também conta a seu favor o apoio do senador **Tasso Jereissati** (PSDB-CE), que tem boa interlocução com o mercado financeiro e grandes empresários. Economistas, acadêmicos e empresários fizeram manifesto em favor da candidatura da emedebista à Presidência da República

**Site:** <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/tudo-pelo-pib-de-discurso-amenizado-a-agenda-liberal-lula-e-bolsonaro-adaptam-plano-economico-para-atrair-empresarios.ghtml>

# Brasil tem a segunda conta de energia mais cara do mundo



Segundo o levantamento, 46,5% do valor da conta no Brasil são compostos por taxas, furtos, impostos e ineficiências do sistema

**Fernanda Strickland**

Nos últimos cinco anos, o custo da energia elétrica brasileira aumentou 47%, o que contribuiu para que o país subisse de posição na lista de países com as contas mais caras do mundo. Pesquisa recente divulgada pela plataforma Cupom Válido, a partir de dados da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), mostra que o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de contas de luz mais caras do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia.

Além dos dois países sul-americanos, no topo do ranking entre as contas mais caras estão: Turquia (3º), Chile (4º) e Portugal (5º). Na base, entre os cinco países com a energia mais barata, estão Noruega, Luxemburgo, Estados Unidos, Canadá e Suíça, respectivamente.

Segundo o levantamento, do total do custo pago pelos consumidores, apenas 53,5% são efetivamente utilizados para a geração, transmissão e distribuição da energia. Os vilões estão nos outros 46,5% restantes, que são compostos por taxas, furtos, **impostos** e ineficiências.

Paralelo a isso, de acordo com o levantamento Revisão Global de Eletricidade, divulgado pela Agência Brasil, o ano de 2021 registrou o maior índice na utilização das energias alternativas. O total de fontes limpas que geram eletricidade subiu para 38%, globalmente.

**ENERGIA LIMPA É OPÇÃO ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL**

A seca enfrentada no Brasil no último ano mostra que

o caminho para uma matriz de geração menos dependente da hidráulica é fundamental. O CEO da companhia Elétron Energy, André Cavalcanti, explicou que existe um potencial gigantesco a ser desbravado quando se fala de energia limpa. "Compreender as vantagens da energia solar tanto em relação à economia quanto à sustentabilidade e respeito ao meio ambiente é crucial para a sociedade", disse Cavalcanti. "Essa é a fonte de energia que mais gera empregos no mundo, além de ser uma das fontes energéticas mais estratégicas para acelerar o desenvolvimento sustentável do nosso país" ressaltou.

A empresa, com sede em Pernambuco e filiais em diversas capitais brasileiras, planeja investir R\$ 1,6 bilhão em novos parques de geração solar nos próximos anos. As usinas solares de grande porte são a sexta maior fonte de geração de energia do Brasil e sua geração é até 10 vezes mais barata do que as fontes elétricas, considerando sobretudo os constantes aumentos tarifários.

Juntas, as energias eólica e solar são as fontes de eletricidade de menor custo, comparando com a produção de eletricidade a partir de outros recursos.

**ALTERNATIVAS** O Brasil se tornou o quinto maior produtor de energia solar em 2021, terminando o ano com cerca de 13GW, segundo dados do relatório Renewables 2022 Global Status Report -REN21 - GSR 2022. As novas adições (5,5GW) foram puxadas principalmente pela geração distribuída (4GW), quando os painéis fotovoltaicos são instalados no local em que a energia será consumida. O setor residencial foi responsável pela maior parte das contratações (77,4%).

Alternativas como o mercado de energia por assinatura devem trazer profundas e importantes transformações no país nos próximos anos. Para o CEO da Juntos Energia, José Otávio Bustamante, tanto o consumidor residencial quanto o empresarial podem se beneficiar com a energia limpa por assinatura. "Além de reduzir os impactos no meio ambiente e nas mudanças climáticas, essa tecnologia promove uma redução de até 20% na conta de luz todos os meses, sem necessidade de instalações de placas fotovoltaicas ou taxas de adesão" explicou.

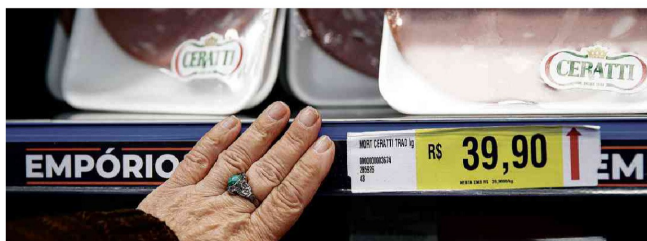
A empresa é a primeira do país a conseguir conectar

usinas às redes das concessionárias, lançando o modelo de portabilidade na geração de energia residencial e para pequenas e médias empresas.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/08/2022/p1>**

# Inflação seguirá pressionando o bolso até as eleições, apontam economistas



Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas no trabalho de coleta de preços em supermercado paulistano. Zennaro Falcão - 9 Jun 22 / FOLHAPRESS

**Leonardo Vieceli**

Mesmo com a projeção de perda de ritmo, a **inflação** deve seguir pressionada às vésperas das eleições de outubro, em um quadro ainda desconfortável para o bolso dos brasileiros, avaliam economistas.

Segundo eles, a expectativa é que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) saia de uma alta de 10,07% em 12 meses até julho -dado divulgado na terça pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)- para um avanço perto de 8% no acumulado até setembro.

"O cenário é ainda desconfortável para a população. É uma **inflação** pressionada, longe da meta do Banco Central", diz o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos. Ele projeta IPCA de 8,32% no acumulado até setembro.

A carestia virou tema recorrente de manifestações de candidatos à Presidência. Para atenuar a perda do poder de compra dos brasileiros, fator que preocupa Jair Bolsonaro (PL) em sua tentativa de reeleição, o governo aposta em cortes de **tributos** e em um pacote turbinado de benefícios sociais, incluindo a ampliação do Auxílio Brasil.

O teto para cobrança de ICMS (imposto estadual) sobre combustíveis e energia, sancionado em junho por Bolsonaro, já provocou reflexos nos preços no mês passado.

Produtos e serviços como gasolina e luz caíram no país, levando o IPCA a registrar uma deflação (queda de preços) de 0,68% em julho.

"A redução do índice de **inflação** é uma boa notícia para um governo que precisa virar votos para vencer as eleições. É bem-vinda", avalia Creomar de Souza, fundador da consultoria de risco político Dharma Politics.

"Essa diminuição se manifestou até agora em grupos segmentados. Não temos ainda uma queda tão abrupta nos alimentos, como vimos nos combustíveis", diz. "É a pedra no sapato do governo."

A queda de preços em julho ficou mais associada a combustíveis e não alcançou a comida, que impacta mais o bolso da população pobre.

No mês passado, o grupo alimentação e bebidas acelerou para 1,30%, a maior alta dos nove segmentos pesquisados. Enquanto a gasolina caiu 15,48%, o leite longa vida saltou 25,46%. Os produtos foram destaques individuais no período.

"A deflação de julho veio com a canetada das desonerações", afirma João Beck, economista e sócio do escritório de investimentos BRA. "Em algum momento, isso vai ter de ser compensado."

De acordo com economistas, é possível que o IPCA registre nova queda em agosto, menos intensa, ainda sob efeito da trégua nos combustíveis. Para setembro, a expectativa é que o índice volte a subir.

Sergio Vale, economistachefe da consultoria MB Associados, prevê IPCA acumulado de 8,4% até setembro. Apesar da provável desaceleração, ele pondera que a taxa "é extremamente elevada" se comparada a patamares recentes.

"Entre a população mais pobre, o elemento que pode impactar é o Auxílio Brasil. Mas a sensação é de uma **inflação** ainda elevada", diz Vale.

"A queda do IPCA é como uma vitória de Pirro. Há um esforço gigante, com uma renúncia fiscal gigante, e o efeito pode ser passageiro", afirma André Perfeito, economista-chefe da corretora Necton.

Perfeito projeta **inflação** de 8,48% em 12 meses até setembro. Para ele, mesmo com a recente trégua das commodities agrícolas, a **inflação** de alimentos deve seguir pressionada nos próximos meses devido a fatores como os custos de produção elevados.

O primeiro turno das eleições acontecerá em 2 de outubro. Um eventual segundo turno, em 30 de outubro.

Os dados do IPCA até setembro serão divulgados entre as duas datas, em 11 de outubro, segundo o IBGE.

O professor Sérgio Praça, da Escola de Ciências Sociais da FGV (Fundação Getulio Vargas), avalia que o contexto econômico tende a pesar sobre as decisões dos eleitores, e o saldo para Bolsonaro ainda é incerto.

"As eleições presidenciais, não só no Brasil, são muito determinadas pela situação econômica. Quanto melhor a situação, maior a chance de reeleição de um presidente", afirma.

"A **inflação** joga contra a reeleição do presidente Bolsonaro. O quanto vai impactar, não se sabe. O Auxílio Brasil de R\$ 600 é uma medida com vistas a ter impacto eleitoral. Tem efeito, mas não se sabe o quão sustentável é", completa.

Alex Agostini, economistachefe da agência de classificação de risco Austin Rating, prevê uma trégua para a **inflação** acumulada em agosto e setembro. Isso, pondera, não elimina todo o quadro de pressões sobre bens e serviços.

"Não vamos nos enganar com os dados. A deflação em julho teve impacto de mudanças tributárias", afirma Agostini, que projeta IPCA de 7,8% no acumulado de 12 meses até setembro.

"A gente ainda vai ter uma **inflação** pesando no bolso do consumidor", acrescenta.

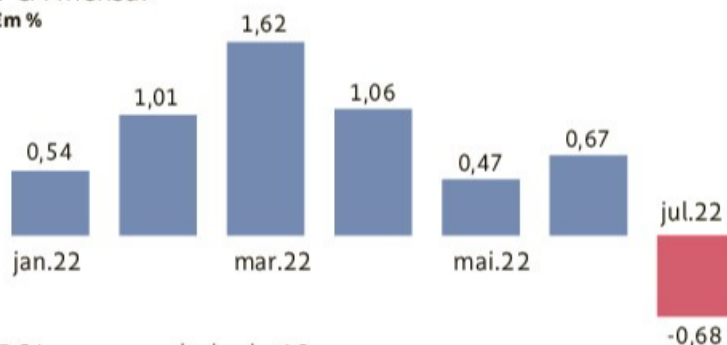
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>

## Inflação em ano de eleições

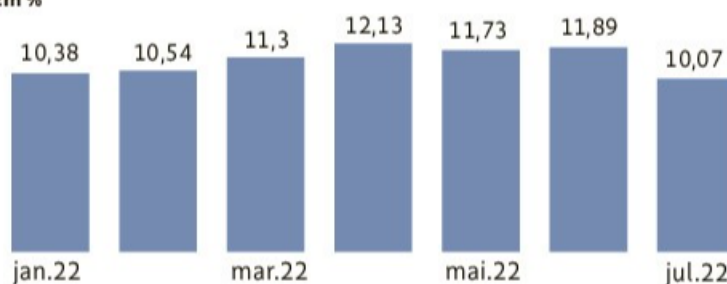
IPCA mensal

Em %



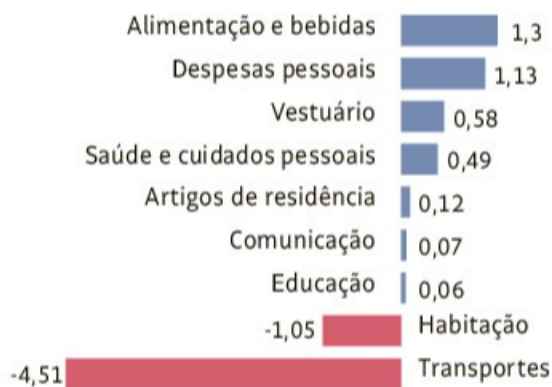
IPCA no acumulado de 12 meses

Em %



Varição mensal nos grupos

Em jul.2022, em %



Varição acumulada em 12 meses nos grupos

Até jul.2022, em %



Fonte: IBGE

# Bolsonaro registra plano de governo sem propostas concretas em economia

**Julio Wiziack**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) registrou seu plano de governo no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta quarta-feira (10) redobrando os compromissos com uma agenda conservadora de costumes e sem medidas concretas que, em um eventual segundo mandato, tomará para reduzir o endividamento público e recolocar o país na rota do crescimento.

Pesquisas de intenção de voto mostram que a situação econômica será o principal fator de decisão do eleitor.

Nessa área, o plano de governo de Bolsonaro funciona mais como um grande protocolo de intenções, sem propostas concretas para que os objetivos sejam atingidos - algo que lembra as promessas feitas na campanha de 2018.

Naquele ano, Paulo Guedes, hoje ministro da Economia, chegou a dizer que era factível zerar o déficit no primeiro ano da gestão Bolsonaro.

O resultado foi bastante diferente. Neste ano, por exemplo, Bolsonaro propôs meta fiscal que autoriza um déficit de cerca de R\$ 66 bilhões em 2023. A previsão é que as contas ficarão no vermelho até, pelo menos, 2024.

No conjunto de diretrizes vagas elencadas para a economia, duas exceções se destacam. Bolsonaro promete ampliar o grupo de isentos do Imposto de Renda, ampliando a faixa salarial para R\$ 2.500 mensais.

Essa medida foi anunciada ao longo do governo por Guedes, mas nunca saiu do papel. ante a necessidade de gerar caixa. A revisão da tabela do IR não deve constar na proposta de Orçamento de 2023.

O presidente também se compromete a manter o pagamento de R\$ 600 para beneficiários do Auxílio Brasil -um "dos compromissos prioritários do governo reeleito". O pagamento ocorreria já a partir de janeiro de 2023.

O mandatário, no entanto, não apresentou fontes de receita para nova rodada do programa que, para garantir votos, incorporou mais beneficiários e foi

ampliado em R\$ 200, atingindo 20 milhões de famílias.

Apesar dos gastos desenfreados, Bolsonaro diz que pretende reduzir o endividamento público. Devido a gastos com a pandemia e medidas eleitoreiras do presidente, o endividamento do país atingiu o patamar equivalente a 78% do **PIB**.

O índice é praticamente o mesmo registrado no início da pandemia, mas sofreu redução devido aos efeitos da **inflação** e a retomada da atividade econômica.

O país, no entanto, precisou aumentar sua dívida emitindo títulos para financiar as ações de governo para conter os estragos da pandemia e garantir empregos.

Entre essas ações, Bolsonaro menciona o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) como o "maior programa de preservação de empregos da história do Brasil (...) centenas de vezes maior e mais abrangente que o de governos anteriores."

Não há registro de programas similares em outros governos. Nenhum outro enfrentou uma pandemia como a do coronavírus.

Para tanto, a União abriu mão de receitas de **impostos**, o que colaborou com o aperto orçamentário.

Em 2021, a economia voltou a crescer, a **inflação** disparou e houve redução de despesas e aumento de receitas com a ajuda de um mini boom de commodities -as contas do setor público estão no azul desde o ano passado.

As projeções hoje apontam uma dívida/**PIB** de 81% ao fim de 2022, chegando a 86% entre 2025 e 2029, recuando para 84% em 2030. Bolsonaro, no entanto, não se compromete a apresentar qualquer tipo de âncora fiscal, uma espécie de parâmetro ao mercado de redução de dívida.

Não há nenhuma linha no documento abordando o plano em curso no governo para pôr fim ao teto de gastos, medida que corrige as despesas do ano seguinte pela **inflação** do ano anterior.



Ao contrário: em seu plano, o presidente fala em desindexação do Orçamento, algo que, na prática, transfere todo tipo de execução de despesas do governo para o Congresso, sem as amarras de gastos obrigatórios.

A única válvula de controle que Bolsonaro se dispõe a respeitar é a meta de **inflação**, definida pelo Banco Central. Diz que respeitará sua autonomia, garantida por lei.

Para reativar a atividade, o presidente propõe regras trabalhistas mais flexíveis e desburocratização, medidas que, segundo projeções do Executivo, já foram realizadas.

Ele redobra a aposta no projeto liberal de Paulo Guedes de privatizar estatais para "reduzir o tamanho do Estado". Mas não elenca nenhuma empresa a ser vendida.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>**

# Situação fiscal piorou para 93% dos economistas consultados pelo BC

**Nathalia Garcia**

A situação fiscal do país piorou entre junho e agosto para 93% dos economistas consultados no questionário enviado pelo Banco Central ao mercado às vésperas da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). O resultado foi divulgado pela autoridade monetária na manhã desta quarta-feira (10).

Entre as 94 respostas dos entrevistados, apenas 4% consideraram que não houve mudanças relevantes no cenário fiscal no período -3% disseram que o quadro melhorou.

As respostas do questionário enviado aos analistas do mercado financeiro no dia 22 de julho serviram como subsídio para a decisão do comitê sobre a taxa básica de juros (Selic), que chegou a 13,75% ao ano após alta de 0,5 ponto percentual no dia 3 de agosto.

Em julho, o governo Jair Bolsonaro (PL) aprovou uma emenda à Constituição que liberou benefícios sociais turbinados à população em meio à corrida presidencial.

Na última terça (9), teve início o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, do vales de R\$ 110 por família a cada dois meses, além das duas primeiras parcelas, no total de R\$ 2.000, aos caminhoneiros autônomos. O voucher aos taxistas, por sua vez, será liberado a partir da próxima semana, no dia 16 de agosto.

A emenda constitucional, a um custo estimado em R\$ 41,25 bilhões, autorizou a expansão de pagamentos acima do teto de gastos, atropelando a legislação fiscal a poucos meses das eleições.

No fim de junho, em um momento de **inflação** elevada, o presidente Bolsonaro também sancionou a lei que fixa o teto de 17% a 18% para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações.

Após os cortes de **impostos** aprovados pelo Congresso, o preço médio da gasolina engatou uma sequência de queda nas bombas nas últimas semanas. Além disso, a Petrobras reduziu duas vezes o valor do combustível nas refinarias.

No questionário, a mediana das projeções para o impacto potencial das medidas de caráter tributário implementadas é de redução do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2,5 pontos percentuais em 2022 (94 respostas) e de aumento de 0,7 ponto em 2023 (92 respostas).

Governo central terá superávit em 2022, diz Prisma pela 1ª vez

O mercado financeiro melhorou a projeção para o resultado primário do governo em 2022 e passou a ver um saldo positivo nas contas federais neste ano pela primeira vez, mostrou relatório Prisma Fiscal divulgado pelo Ministério da Economia nesta quarta (10), indicando também uma melhora na previsão para a dívida bruta.

De acordo com o documento, que capta projeções de agentes de mercado para as contas públicas, a expectativa para o resultado primário do governo central ficou em superávit de R\$ 4,6 bilhões, ante rombo de R\$ 20 bilhões projetado em julho, no que poderia ser o primeiro resultado no azul em nove anos.

A previsão positiva, após 19 meses consecutivos de estimativas de rombo, se aproxima de análise interna do governo, que já aponta para um superávit de R\$ 6 bilhões neste ano. A meta fiscal para 2022 é de déficit de R\$ 170,5 bilhões.

As estimativas do mercado para o resultado primário refletem uma elevação na projeção da receita líquida do governo, de R\$ 1,775 trilhão para R\$ 1,818 trilhão. Houve um aumento menos intenso nas expectativas para a despesa total, de R\$ 1,793 trilhão no relatório anterior para R\$ 1,804 trilhão na pesquisa deste mês.

A previsão para a dívida bruta do governo geral em 2022 também foi reduzida para 79% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ante 79,5% na pesquisa de julho.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>

# Na Fiesp, Lula promete nova política industrial sem rever erros passados



O ex-presidente Lula fala durante evento com empresários na Fiesp  
Marlene Bergamo - 9 ago.22/Folhapress

**Ricardo Balthazar**

Na campanha eleitoral, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete reerguer a indústria brasileira com uma aposta no futuro, apoiando projetos inovadores que permitam ao Brasil competir no desenvolvimento de fontes de energia limpa e na economia digital.

Na terça-feira (9), em seu encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o líder petista conclamou os industriais a identificar os nichos em que o país deveria investir e se comprometeu a ajudá-los. "A gente faz", afirmou. "Eu quero fazer."

Não se sabe de onde virá o dinheiro, nem como serão feitas as escolhas, mas Lula deixou claro que, se voltar a governar o país, quer repetir a receita adotada em seus dois mandatos como presidente, quando usou bancos oficiais e estatais para estimular a indústria nacional.

O líder petista apontou várias iniciativas de seu governo como exemplares, lamentou seu abandono pelos presidentes que o sucederam e culpou até a timidez dos empresários por alguns insucessos, mas em nenhum momento examinou os erros que levaram várias a fracassar.

Lula prometeu reerguer o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que os governos petistas turbinaram com empréstimos bilionários do Tesouro e seus sucessores esvaziaram, fazendo a instituição devolver os recursos antes do prazo previsto.

Lula disse que o banco foi essencial para amortecer o impacto da crise internacional de 2008 e sustentar investimentos, mas as estatísticas mostram que eles voltaram a perder fôlego em dois anos, depois que o pior da crise externa passou e a economia voltou a dar sinais de fraqueza.

O petista afirmou também que era preciso "fazer justiça" ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, que desonerou vários setores da indústria durante o governo Dilma Rousseff (PT), com a intenção de preservar empregos e ajudar as empresas a manter sua competitividade.

Mas a própria Dilma apontou a política como um erro após ser afastada da Presidência, dizendo numa entrevista que muitas empresas aproveitaram o alívio nos **impostos** para aumentar margens de lucro, em vez de investir. Lula também criticou as desonerações no passado.

O ex-presidente enalteceu seu programa de incentivo à indústria naval e as exigências de conteúdo nacional adotadas nos governos petistas para equipamentos destinados à exploração do petróleo da camada pré-sal, mas também evitou discutir as dificuldades que elas criaram.

Até a Petrobras se insurgiu contra a política, recorrendo à Justiça para se livrar de exigências que tornariam inviável a exploração do campo de Libra, o maior do pré-sal. A disputa entre a estatal e seus fornecedores nacionais atrasou em dois anos a contratação da plataforma.

"É para isso que existe o BNDES, é para ensinar essas empresas a fazerem as coisas", disse Lula na Fiesp, após descrever o programa da indústria naval como um caso de sucesso. O setor entrou em colapso após a Operação Lava Jato e a redução dos investimentos da Petrobras.

O líder petista manifestou preocupação com o avanço da China na fabricação de eletrodomésticos, máquinas, componentes eletrônicos e outros produtos, mas errou ao apontar dados globais como se indicassem a penetração da indústria chinesa no mercado brasileiro.

"A gente tem a ilusão de que a China está ocupando a África, a China está ocupando a América Latina", disse aos empresários. "Não, ela está ocupando o Brasil. Ela está tomando conta do Brasil. Eu achei muito grave isso. Coisa que a gente fazia, coisa que a gente sabe fazer."

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a importação de produtos da China representou metade das importações do setor no ano passado, e foi equivalente a metade da produção nacional --bem menos do que Lula sugeriu com seus números.

Muitas indústrias brasileiras foram prejudicadas pela competição com os chineses, mas muitas também aproveitaram oportunidades criadas pela maior integração da economia mundial para encontrar novos fornecedores, se tornar mais competitivas e conquistar mercados.

Ao responder a uma pergunta de Dan Ioschpe, presidente do conselho de administração da Ioschpe-Maxion, sobre o declínio da indústria brasileira, Lula criticou um empresário que teria recebido apoio do BNDES em seu governo e depois contratado na China parte de sua produção.

Lula não deu nome aos bois, mas não era preciso ir longe para achar um caso parecido. Líder mundial na produção de rodas para carros, a Ioschpe-Maxion sobreviveu à derrocada do setor de autopeças no Brasil e hoje tem fábricas em 14 países, incluindo duas na China.

Pouco depois, o petista fez um afago no presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, ao lembrar seu pai, José Alencar, fundador da empresa da família, a Coteminas, e vice de Lula em seus dois mandatos: "O único empresário que falava grosso: "Eu não tenho medo da China"."

"As coisas mudam", brincou Josué. Perto do fim do governo Lula, a tradicional fabricante de artigos de cama, mesa e banho se uniu a um gigante do setor têxtil nos Estados Unidos e criou a Springs Global, para enfrentar a concorrência chinesa e acessar novos mercados.

Controlado pelos brasileiros, o grupo fechou todas as fábricas que tinha nos EUA e concentrou a maior parte da sua produção no Brasil, onde os custos de mão-deobra são menores.

Há alguns anos, Josué cogitou abrir uma fábrica na China também, mas o projeto não avançou.

**Site:**

# Ao votar nova lei, democratas podem ter salvo a civilização

**Paul Krugman**

Eles conseguiram. A Lei de Redução da **Inflação**, basicamente um projeto de lei de mudança climática com uma ajuda paralela à reforma da saúde, foi aprovada no Senado no domingo (7); passará facilmente na Câmara, então está prestes a se tornar lei.

É um negócio muito grande. A lei não é, por si só, suficiente para evitar o desastre climático. Mas é um passo enorme na direção certa e prepara o terreno para mais ações nos próximos anos. Catalisará o progresso na tecnologia verde; seus benefícios econômicos facilitarão a aprovação de outras leis; dá aos Estados Unidos a credibilidade necessária para liderar um esforço global para limitar as emissões de gases do efeito estufa.

Há, é claro, cínicos ansiosos para degradar a conquista. Alguns da esquerda apressaram-se a rejeitar o projeto de lei como um presente para a indústria de combustíveis fósseis fingindo-se de ação ambiental. Mais importante, os republicanos -que se opuseram unanimemente à legislação- estão gritando as coisas de sempre: Grandes gastos! **Inflação!**

Mas os verdadeiros especialistas em energia e meio ambiente estão muito felizes com o que foi realizado, e economistas sérios não estão preocupados com o efeito sobre a **inflação**.

Começando pelo lado ambiental. Muitas pessoas com quem converso acreditam que a agenda ambiental do presidente Biden, conforme sua proposta original, Reconstruir Melhor, deve ter sido muito diluída na legislação que de fato recebemos. Afinal, os democratas não tiveram que fazer grandes concessões para conquistar o senador Joe Manchin? Não há brindes importantes para os interesses dos combustíveis fósseis, como a ajuda para um controverso gasoduto de gás natural?

Porém analistas de energia acreditam que qualquer efeito climático adverso dessas concessões será superado pelos ganhos em créditos fiscais para energia limpa.

O Projeto Repeat, do Zero Lab de Princeton, comparou os cortes de emissões sob a Lei de

Redução da **Inflação** e sob a versão anterior da Câmara do Reconstruir Melhor. Até 2035, segundo estimam, a Lei de Redução da **Inflação** terá entregado mais de 90% das reduções de emissões que o Reconstruir Melhor teria conseguido.

Como isso foi possível? Logo no início, o governo Biden decidiu que sua política climática seria apenas atrativos, sem penalidades - ofereceria incentivos para fazer a coisa certa, não castigos por fazer a coisa errada. Esperava-se que essa estratégia se mostrasse politicamente viável de uma forma que, digamos, um imposto sobre o carbono não seria. E essa esperança se confirmou.

Além disso, é uma estratégia que parece inclinada a pagar dividendos políticos no futuro. Um novo estudo, de E. Mark Curtis e Ioana Marinescu, conclui que "o crescimento das energias renováveis leva à criação de empregos com salários relativamente altos, que geralmente se situam em áreas que poderão perder com o declínio dos empregos na extração de combustíveis fósseis".

Então, o que o governo Biden perdeu? Infelizmente, grande parte dos gastos sociais originalmente incluídos no Reconstruir Melhor foi cortada. Isso é trágico, embora os subsídios aprimorados aos seguros-saúde, que ajudaram a reduzir a taxa de não segurados a um nível recorde, tenham sido ampliados.

E a crítica da direita? Além da patética tentativa de retratar a Lei de Redução da **Inflação** como um grande aumento de **impostos** sobre a classe média, republicanos como Mitt Romney estão tentando juntar essa legislação com o Plano de Resgate Americano do ano passado, que eles afirmam ter causado o aumento da **inflação**.

Não importa se essa afirmação é verdadeira. O importante é fazer as contas. A Lei de Redução da **Inflação** exige gastar menos de US\$ 500 bilhões ao longo de uma década, em comparação com o US\$ 1,9 trilhão do Plano de Resgate Americano em um único ano -e realmente reduzirá o déficit. Por isso analistas independentes acham que terá poucos efeitos sobre a **inflação**.

Mas, se o gasto não é muito grande, como pode ter um impacto tão extenso? Ares-posta é que agora

estamos sentados numa espécie de cume. A tecnologia de energias renováveis fez um progresso revolucionário e em muitas áreas essas energias já estão mais baratas que os combustíveis fósseis. Um empurrão moderado das políticas públicas é tudo o que será necessário para a transição para uma economia muito mais verde.

Diante disso tudo, entretanto, por que todos os senadores republicanos votaram contra a lei? Eles não são todos ignorantes; tenho certeza de que Romney, por exemplo, sabe que está falando bobagem.

Tampouco podemos invocar facilmente diferenças de ideologia. A pressão climática da Lei de Redução da **Inflação** depende principalmente de créditos fiscais -e os próprios republicanos usaram créditos fiscais para alcançar objetivos sociais, como os (muito abusados) créditos da Zona de Oportunidades no corte de **impostos** de Donald Trump em 2017.

Quase certamente, o que estamos realmente vendo é a política do despeito. Todos os republicanos no Senado queriam matar nossa melhor chance de evitar o desastre climático, simplesmente para negar uma vitória ao governo Biden.

A boa notícia é que a legislação foi aprovada apesar deles. E o mundo é um lugar mais esperançoso do que era algumas semanas atrás. Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000&anchor=6461047&pd=9dc6b7da02b0e37f92edebfbde75bec0>

# Trump se nega a responder perguntas em caso de fraude

O ex-presidente dos EUA Donald Trump usou a 5.<sup>a</sup> Emenda da Constituição, que diz que todo cidadão tem o direito de não produzir provas contra si mesmo, e rejeitou responder a perguntas da procuradora do Estado de Nova York em uma investigação sobre fraude nos negócios de sua família.

investigação para determina se documentos confidenciais foram levados ilegalmente após ele deixar a Casa Branca.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A decisão foi surpreendente, considerando o estágio da investigação. Em **comunicado** divulgado logo após o início do interrogatório, Trump disse que invocaria a 5.<sup>a</sup> Emenda contra a autoincriminação.

"Quando sua família, sua empresa e todos ao seu redor se tornam alvo de uma caça às bruxas infundada e politicamente motivada, apoiada por advogados, promotores e falsos jornalistas, você não tem outra escolha", afirmou.

Mais cedo, Trump havia confirmado, por meio de suas redes sociais, que estava no escritório da procuradora-geral de Nova York, Letitia James. O ex-presidente foi à sua plataforma Truth Social para lançar uma enxurrada de ataques à procuradora, descrevendo-a como uma "racista" que está "tentando "pegá-lo" por meio de uma ação legal destinada a derrubá-lo politicamente.

A procuradoria de Nova York suspeita que a Organização Trump tenha superestimado de forma fraudulenta os valores de imóveis ao solicitar empréstimos bancários, ao mesmo tempo que baixava o valor declarado às autoridades fiscais para pagar menos **impostos**.

FILHOS. Trump e seus filhos mais velhos, Donald Jr. e Ivanka, deveriam testemunhar sob juramento em julho, mas os depoimentos foram adiados em razão da morte de sua mãe, Ivana, a primeira mulher do ex-presidente. A família Trump nega qualquer conduta ilegal.

A investigação é civil e, portanto, se a procuradora encontrar indícios de fraude, pode condenar a Organização Trump por danos e prejuízos, mas não deve apresentar um indiciamento criminal.

A investigação é mais uma que ameaça uma eventual candidatura de Trump à presidência em 2024. Na segunda-feira, a residência dele na Flórida foi revistada por agentes do FBI, como parte de uma

## Armadilhas orçamentárias (Editorial)



O mais caro orçamento da campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro será o Orçamento Geral da União, no qual ele tentará abrigar suas promessas de candidato e seus acertos com os aliados do Centrão. O custo, naturalmente, será debitado de duas formas a todos os demais brasileiros, como pagadores de **tributos** e como indivíduos frustrados em seus direitos de receber serviços do governo. Especialistas já estimam um buraco orçamentário de R\$ 147,2 bilhões, se forem levadas em consideração as principais promessas do presidente, como o reajuste para os servidores, a prorrogação do corte de **impostos** sobre combustíveis e a manutenção do valor de R\$ 600 para o Auxílio Brasil. Além de estourar os limites financeiros previstos tecnicamente, essa gastança poderá resultar em mais um rompimento do teto de gastos, prática já rotineira na atual administração.

Até o fim de agosto, o Executivo terá de enviar ao Congresso o projeto de lei do Orçamento de 2023.

Esse projeto deverá respeitar as orientações contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), recém sancionada com 36 vetos pelo presidente. A LDO já é um mau presságio, porque prevê a manutenção das emendas de relator conhecidas como "orçamento secreto".

Esse item, preservado pelo presidente Bolsonaro, é mais uma gentileza a seus apoiadores no Congresso Nacional.

Se nenhuma ação judicial eliminar essa prática, congressistas poderão continuar decidindo a aplicação de recursos públicos sem esclarecer a destinação e os beneficiários. A transparência é mandamento constitucional, mas tem sido menosprezada por parlamentares, com a anuência do presidente da República.

Como de costume, os pressupostos econômicos da LDO são muito discutíveis, mas convenientes para o candidato Jair Bolsonaro e para o Ministério da Economia. No cenário de referência, o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá 2,5% em 2023 e a **inflação** ficará em 3,3%, quase no centro da meta (3,25%).

No mercado, a mediana das estimativas aponta crescimento de 0,40% para o **PIB** e elevação de 5,36% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essas estimativas foram recolhidas pelo Banco Central na última pesquisa Focus. Essa pesquisa tem mostrado, há várias semanas, projeções decrescentes para a **inflação** de 2022 e crescentes para a do próximo ano. O último boletim registra para este ano a expectativa de alta de preços de 7,11%. Ao mesmo tempo, o mercado tem aumentado o crescimento econômico previsto para 2022, agora próximo de 2%, e baixado as expectativas para 2023. A pesquisa Focus indica também a expectativa de juros básicos de 11%, 1 ponto acima da previsão citada na LDO.

Os candidatos à Presidência, exceto, talvez, o atual mandatário, devem preocupar-se com as projeções do mercado, bem menos otimistas que as oficiais, e também com as perspectivas de um Orçamento cheio de armadilhas. As projeções da Focus também antecipam baixo crescimento e juros altos, embora declinantes, até 2025. Raras vezes um bom planejamento foi tão importante.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Proposta para 2023 não reflete políticas públicas que serão executadas

*Lu Aiko Otta Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187298?page=1&section=1)

# Aumento salarial de 18% é aprovado

Na tarde de ontem, o STF aprovou, por unanimidade, o orçamento de R\$ 850 milhões da Corte para 2023 e a proposta de reajuste de 18% nos salários de juízes e servidores de outras carreiras do Judiciário. Agora, o projeto segue para análise do Congresso Nacional e, se aprovado, seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O tema foi discutido em sessão administrativa virtual da Corte. Segundo o STF, o percentual será aplicado em quatro parcelas, em abril e agosto de 2023, e janeiro e julho de 2024. O último aumento dos vencimentos dos magistrados ocorreu em 2018 e, para os servidores, em 2016.

Para 2023, o impacto no Orçamento da União será de R\$ 981,2 mil só para os vencimentos dos ministros. No caso dos servidores, o montante é de R\$ 26,3 milhões. O percentual foi proposto por entidades de classe e sindicatos de servidores, com os argumentos de que a remuneração encontrava-se há mais de três anos sem reajuste e que a proposta é proporcional à variação da **inflação**, sem incorporar aumento real nos vencimentos.

## Defasagem

O presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), desembargador Marcelo Buhatem, destacou que a análise do orçamento pelo STF é prevista em lei. "A Constituição é clara como a luz solar. Diz que o Supremo deve mandar a lei orçamentária com reajuste da magistratura todos anos", disse ao Correio.

Buhatem ressalta que o congelamento dos salários por tanto tempo desestimula os profissionais de carreira. "A falta de valorização da magistratura pode provocar, ao médio e longo prazos, um esvaziamento do Judiciário, pois os salários não estão se mantendo competitivos se comparados aos outros ramos da economia", avalia.

Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) aponta que o percentual previsto "não recompõe a **inflação** do período, gerando uma situação de perda remuneratória prejudicial ao Sistema de Justiça e à própria prestação jurisdicional". O posicionamento foi assinado pela presidente da entidade, Renata Gil. (LP)

# Planalto mantém Orçamento secreto

Ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, o presidente Jair Bolsonaro manteve um dos pontos de maior questionamento por parte da oposição e especialistas nos últimos dois anos: as emendas do relator-geral do orçamento (RP-9).

O modelo de empenho de emenda parlamentar é conhecido também como Orçamento Secreto. O nome foi dado porque as RP-9 são empenhadas sem transparência nem critérios objetivos, de modo a favorecer aliados do governo e do Centrão.

O Executivo também vetou um trecho que protegia universidades federais de mais cortes orçamentários. Segundo a proposta aprovada pelo Congresso, os recursos destinados a cada instituição de ensino superior não poderiam ser menores que os repassados em 2022 e deveriam ser corrigidos pela **inflação**.

Igualmente foi vetado artigo estabelecendo que, na hipótese de transferência de recursos do ente federado para execução de obras de responsabilidade da União, o montante equivalente deveria ser utilizado para abatimento da dívida com o Tesouro Nacional.

O governo alegou que a União já tem adotado, desde 2014, medidas que ofereceram alívio fiscal aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. "Assim, a situação fiscal dos entes subnacionais têm se mostrado satisfatória nos últimos exercícios. Ademais, existem mecanismos mais abrangentes que o ora proposto que permitem a compensação de créditos entre entes subnacionais." Outros itens do texto aprovado pelo Congresso permaneceram inalterados, como o salário mínimo. A previsão para a remuneração permanece em R\$ 1.294, com correção inferior ao acumulado do IPCA. Também foram mantidas a **inflação** prevista de 3,3% pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), o crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e taxa básica de juros encerrando o ano em 10%.

No entanto, o presidente vetou um inciso que corrigia a meta de déficit primário pelo IPCA - a **inflação** oficial. Na justificativa do veto, o governo afirma que a correção traria incerteza sobre a meta fiscal. Sem a correção pela **inflação**, a meta fiscal do Brasil segue negativa, avaliada em R\$ 66 bilhões.

# Inflação nos Estados Unidos desacelera e dólar cai

## *Correio Braziliense*

O resultado da **inflação** de julho nos Estados Unidos, que ficou abaixo do esperado pelos analistas, desencadeou um movimento de queda do dólar e reforçou a tendência de alta nas bolsas de valores. Em São Paulo, o Ibovespa, principal índice da B3, teve o sétimo dia de ganhos e avançou 1,46%, para 110.236 pontos. O dólar, por sua vez, recuou 0,87%, terminando o dia a R\$ 5,085 para venda, o menor valor desde 15 de junho.

Depois de subir 1,3% em junho, a **inflação** nos EUA perdeu força e ficou estável no mês passado, segundo dados do Departamento do Trabalho do governo norte-americano. Com isso, o resultado acumulado em 12 meses caiu de 9,1% para 8,5%. O enfraquecimento do processo inflacionário levou parte do mercado a apostar em uma alta de 0,5 ponto percentual das taxas de juros na próxima reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), marcada para setembro. Até então, a aposta majoritária era de elevação de 0,75 ponto.

"A notícia provocou uma venda intensa de dólares, com ajustes muito rápidos de preços", disse Kauê Franklin, especialista em renda variável da Aplix Capital. "Mais tarde, porém, houve um movimento de equalização", explicou.

Para Franklin, a percepção de que o pico da **inflação** americana pode ter ficado para trás, permite vislumbrar um ajuste mais suave na política monetária pelo Fed, sem que seja preciso levar a economia à recessão. Se isso ocorrer, disse, a tendência é a de que o dólar siga caindo.

» Lucro do BB cresce 54,8%

O Banco do Brasil encerrou o segundo trimestre do ano com lucro líquido ajustado de R\$ 7,803 bilhões, um aumento de 54,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado do banco foi impulsionado tanto pelas margens quanto pelas receitas com serviços, mas também pela deterioração mais contida da qualidade dos ativos na comparação com os pares privados. A margem financeira bruta das operações alcançou R\$ 17,056 bilhões, segundo balanço divulgado ontem à noite.

## Alívio com ressalvas (Editorial)

A deflação de 0,68% em julho, medida nos preços ao consumidor, representa um alívio parcial no custo de vida depois de quase dois anos de aumentos acelerados, especialmente em produtos de primeira necessidade como alimentos, energia elétrica e combustíveis.

O resultado, que fez a variação acumulada do IPCA em 12 meses cair de 11,89% para 10,07%, decorre principalmente da queda de 4,35% nos preços administrados-grupo que inclui combustíveis, barateados após o corte do ICMS estadual aprovado no Congresso.

O movimento, ademais, deve prosseguir neste agosto, com a retração das cotações do petróleo no mercado internacional.

A valorização recente do real e a queda de preços de matérias-primas foram outros fatores positivos, que permitiram quedas de preços de alimentos in natura (4,38%) e produtos industriais (0,11%).

De outro lado, ainda há pressões em setores que mostram maior grau de inércia, como serviços, que tem peso de 34% no IPCA e sub-ramo, 8%. Em tais recortes, a **inflação** ainda caminha em ritmo muito acima das metas de 3,5% para este ano e 3,25% para 2023, o que sugere que os juros vão permanecer elevados ainda por muitos meses.

Um sinal nessa direção foi dado pelo Banco Central, que elevou a taxa Selic para 13,75% anuais na semana passada e indicou estabilidade nesse nível até que seja observada inflexão clara do IPCA em direção aos objetivos da instituição.

A trégua de julho é sem dúvida bem-vinda, embora incipiente e por ora menos impactante para a população de baixa renda. No caso de São Paulo, segundo medida da Fipe que estratifica a **inflação** por faixa de renda, a deflação do mês chegou apenas para as famílias com renda mensal acima de oito salários mínimos (R\$ 9.696).

O caminho é longo até uma melhora mais palpável para os mais pobres, o que depende de preços menores nos itens essenciais, sobretudo alimentação no domicílio -que tem peso de 15% no IPCA e acumula alta de 11,84% neste ano e de 17,51% em 12 meses.

Foi justamente a combinação de elevação dos preços

de artigos de primeira necessidade no ano passado com letargia do emprego que fez a pobreza aumentar no país.

Segundo o boletim Desigualdade nas Metrôpoles, o número de pessoas em situação de pobreza nas 22 principais áreas metropolitanas chegou a 19,8 milhões em 2021. Trata-se da maior cifra da série histórica iniciada em 2012.

Reverter esse quadro demanda auxílio social focado em quem precisa e uma política econômica sólida, que permita controle da **inflação** e continuidade da geração de emprego, que felizmente ganhou força nos últimos meses.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>

# STF dá aval a reajuste de 18% a magistrados



Rosa Weber discursa na sessão em que foi eleita presidente do STF Carlos Moura/Divulgação STF

**José Marques Brasília**

O STF (Supremo Tribunal Federal) aprovou em sessão administrativa nesta quarta-feira (10) o envio ao Poder Legislativo de uma proposta que resultaria na elevação dos salários da magistratura em 18% até julho de 2024.

A proposta prevê o reajuste do salário de um ministro do Supremo, teto do funcionalismo, ao valor de R\$ 46,3 mil. Atualmente, o vencimento mensal dos integrantes da corte é de R\$ 39,3 mil.

Caso também seja aprovada pelo Congresso, essa elevação provocaria um efeito cascata que elevaria os demais salários dos magistrados do país.

Os ministros também enviarão uma proposta de aumento a servidores da Justiça no mesmo percentual e período.

Os 11 ministros do Supremo votaram de forma favorável ao aumento, pleiteado pelas associações de magistrados e pelos sindicatos dos servidores. A sessão virtual foi fechada ao público e à imprensa.

Relatório apresentado pelo presidente do STF, Luiz Fux, aos demais ministros, aponta que as entidades relatam perdas inflacionárias superiores a 30% desde o último reajuste.

Os sindicatos de servidores vêm fazendo manifestações frequentes em frente ao Supremo nos últimos meses.

Essas entidades afirmaram ao presidente da corte que há "desperdício de investimentos em formação e desenvolvimento dos servidores que deixam os quadros das instituições, bem como a necessidade de

gastos com novos processos seletivos, com novos treinamentos, com a identificação de novos talentos".

Fux firma que estudos realizados em conjunto com os demais tribunais superiores "apontaram a possibilidade de implementação de percentuais próximos de 9% «112023 e mais 9% em 2024, incluindo servidores e magistrados".

Com isso, a área técnica do Supremo formulou a proposta de aumento, no qual os valores dos vencimentos básicos e dos cargos e das funções comissionadas serão reajustados em 18%, em quatro parcelas não cumulativas, sendo a primeira em abril de 2023 e a última em julho de 2024.

Fux afirma ainda que outros órgãos já tomaram medidas para recomposição salarial, a exemplo do Tribunal de Contas da União, da Polícia Rodoviária Federal, do Banco Central e do Ministério Público Federal. Segundo ele, com percentuais que variam de 13,5% a 22%, "mas devem ser analisados individualmente porque carreiras como o TCU tiveram recomposições mais recentes do que o Poder Judiciário da União".

O último aumento do salário de magistrados foi aprovado em 2018 e o dos servidores, em 2016.

As propostas serão enviadas ao Congresso para a análise na forma de projeto de lei. A tramitação desse projeto começaria pela Câmara. Depois da aprovação dos parlamentares, a proposta ainda deve ser sancionada pelo presidente.

Embora o presidente possa vetar a mudança, o Congresso pode derrubar esse veto.

Além da aprovação do projeto de lei com o aumento dos subsídios dos ministros, há alguns outros passos burocráticos para a elevação dos salários dos demais magistrados: uma portaria conjunta dos presidentes dos tribunais superiores e uma resolução do STF com o subsídio mensal dos magistrados da União.

No próprio STF, o impacto previsto com as duas primeiras parcelas é de R\$ 981 mil em 2023, já considerando as verbas previdenciárias para os ministros. Em relação aos servidores do Supremo, para o ano que vem, o impacto previsto é de R\$26,3 milhões também considerando verbas previdenciárias.

Ao marcar a sessão, o Supremo informou que, numa

eventual proposta aprovada, o aumento deverá ser pago com valores do próprio Poder Judiciário, sem necessidade de repasses.

Após a votação, a Fenajufe (que representa servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público) divulgou nota em que afirma que o reajuste proposto não recompõe a **inflação**, mas alivia as perdas.

"A decisão do STF é o resultado de intensa pressão dos trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário da União, que incluiu manifestações em frente ao Supremo, reuniões com a direção da corte, envio de email aos ministros e diversos atos de toda a categoria", afirma.

Rosa Weber diz que presidirá tribunal em defesa da democracia

Em sua primeira manifestação após ser eleita presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), a ministra Rosa Weber afirmou nesta quarta-feira (10) que irá atuar sempre "na defesa da integridade e da soberania da Constituição e do regime democrático".

Rosa, que assume o posto no dia 12 de setembro, foi eleita de forma simbólica pelos demais ministros da corte. É praxe que o ministro mais antigo que ainda não ocupou a presidência suceda o presidente anterior. Ela disse que, a despeito dessa tradição, está "absolutamente sensibilizada pelo voto de confiança".

Seu mandato está previsto para durar até outubro do ano que vem, quando a ministra terá que se aposentar porque completa 75 anos.

"Nesses tempos tumultuados que nós estamos vivendo, o exercício deste cargo trata-se de imenso desafio. Mas eu vou procurar desempenhá-lo com toda a serenidade e com a certeza do apoio de vossas excelências, que para mim será fundamental", afirmou.

Além de Rosa, foi eleito como vice-presidente o ministro Luis Roberto Barroso, que deve suceder a ministra na presidência do Supremo.

A posse de Rosa foi marcada para o dia 12 por receio de atos de teor golpista que tenham como alvo o Judiciário. Assim, a posse não será na semana do 7 de Setembro.

Nas manifestações no ano passado, Bolsonaro fez discursos diante de milhares de apoiadores em Brasília e São Paulo com ameaças golpistas ao STF. A expectativa de apoiadores do presidente é de que as manifestações se repitam neste ano, em um clima ainda mais acirrado devido à proximidade das eleições e com Bolsonaro até o momento em segundo lugar

nas pesquisas, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>**

# Mesmo após deflação, Brasil tem 4ª pior carestia entre o G20

**Clayton Castelani**

O Brasil permanece no topo do ranking dos países com maiores taxas de **inflação** entre as principais economias mundiais, mesmo após o país ter registrado deflação histórica em julho, de 0,68%, a menor taxa da série de pesquisas iniciada em 1980. Apesar da queda mensal, o Brasil ainda tem uma **inflação** acumulada em 12 meses de 10,07%.

É a quarta maior taxa do G20, grupo dos 19 países mais ricos e um bloco com integrantes da União Europeia, segundo levantamento da empresa de análises e tecnologia financeira Quantzed.

Turquia e Argentina lideram o ranking com taxas de 79,6% e 64%, respectivamente, destoando inclusive da média de 13,7% do grupo. A Rússia é a terceira colocada, com 15,9%.

Na ponta inferior, China, Japão e Arábia Saudita registram índices de 2,5%, 2,4% e 2,3%, nessa ordem.

Parte da alta de preços no Brasil tem as mesmas causas da **inflação** em boa parte do mundo, pois reflete os desequilíbrios provocados pelas restrições impostas pela pandemia.

A alta global de preços resulta, portanto, da oferta escassa de produtos diante de demanda crescente após a retomada da circulação de pessoas em economias ainda aquecidas por pacotes de estímulos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

00



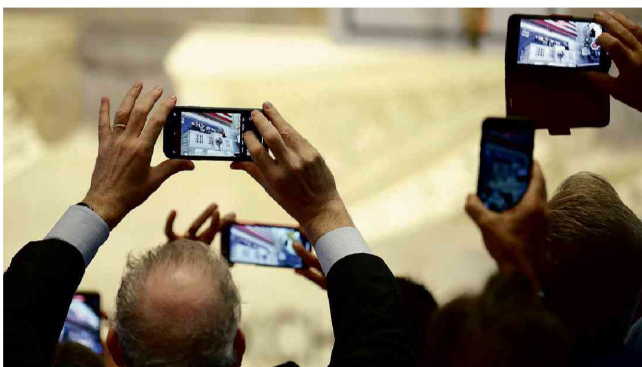
## Inflação mundial

Índice de preços ao consumidor acumulado em 12 meses nos países do G20 até julho, em %\*



\*Ou até o dado mais recente informado ou projetado para o país  
Fonte: Quantzed

# Inflação nos EUA tem alívio, puxa Bolsa e derruba dólar



Pessoas fotografam a abertura dos negócios na Bolsa de Nova York, com tradicional toque de um sino. Angelo Weiss - 1 ago 22/22P

**Clayton Castelani**

A taxa de câmbio no Brasil recuou e o mercado de ações tomou fôlego nesta quarta-feira (10), dia em que a divulgação da taxa de **inflação** nos Estados Unidos menor do que a esperada impulsionou investimentos considerados mais arriscados.

O dólar comercial à vista fechou em queda de 0,79%, cotado a R\$ 5,0880 na venda, menor valor para um encerramento de pregão desde meados de junho. Na cotação mínima desta quarta, a moeda americana chegou a ser negociada a R\$ 5,0360, quando recuou quase 2%.

O índice de preços ao consumidor americano permaneceu inalterado em julho, após avançar 1,3% em junho. Projeções da agência Reuters indicavam alta de 0,2% do índice no mês passado. O acumulado em 12 meses caiu de 9,1% em junho para 8,5% no mês passado.

A queda mensal de 7,7% da gasolina está entre os fatores com maior peso no resultado.

A desaceleração da **inflação** levou investidores a apostarem na diminuição no ritmo do aumento dos juros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) e, conseqüentemente, na desvalorização do dólar.

O novo dado, que confirma a desaceleração da **inflação**, fez o mercado voltar a esperar que o Fed desaperte o passo na sua política de elevação de juros. Analistas já falam em uma alta de 0,50 ponto percentual no próximo mês.

Antes, parte do mercado achava que o Fed poderia

repetir em setembro o agressivo aumento de 0,75 ponto percentual das duas últimas reuniões de política monetária.

O temor de uma elevação novamente muito forte dos juros tinha ganhado espaço na semana passada, quando a criação de vagas de trabalho nos Estados Unidos acima das expectativas para julho surpreendeu o mercado.

Isso indicou que a economia americana não está em recessão, temor que surgiu após a divulgação de duas quedas trimestrais consecutivas do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Sobre os efeitos das novas perspectivas no câmbio do Brasil, a economista-chefe do Banco Ourinvest, Fernanda Consorte, diz que há uma combinação dos contextos internacional e doméstico para favorecer a queda do dólar.

É que, sem o aperto mais forte na taxa do Fed, o prêmio oferecido pelo juro real brasileiro -diferença entre **inflação** e a taxa de crédito- tende a aumentar a disposição de investidores para abandonarem a segurança da renda fixa americana em direção a uma economia menos estável.

Na terça-feira (9), a ata do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central brasileiro apontou para a estabilização da taxa de juros, enquanto a deflação mensal registrada pelo IPCA (índice oficial de **inflação**) de julho confirmou a expectativa de desaceleração dos preços.

"A combinação gera um movimento de apetite para o risco, trazendo o câmbio para baixo", comentou Consorte.

Na Bolsa de Valores brasileira, o indicador de referência Ibovespa subiu 1,46% nesta quarta, a 110.235 pontos. Foi o melhor resultado desde 3 de junho.

Setores que dependem mais de um ambiente com crédito barato e **inflação** controlada entregaram os melhores resultados da sessão. É o caso do varejo, dos bancos e de empresas de tecnologia ou com grande potencial de crescimento.

Entre os destaques do dia, os papéis das Lojas Renner subiram 4,13%, ocupando lugar entre as mais negociadas. Também entraram nessa lista os bancos Itaú e Bradesco, que avançaram 1,85% e 1,59%, respectivamente.

O desempenho das ações locais esteve alinhado nesta sessão à força dos mercados internacionais.

Nos Estados Unidos, o índice de referência da Bolsa de Nova York, o S P 500, saltou 2,13%. Como tradicionalmente ocorre quando há tendência de desaquecimento dos juros, houve forte alta entre as empresas americanas de tecnologia e de grande crescimento. O Nasdaq escalou 2,89%.

Marcelo Oliveira, especialista em renda variável e fundador da Quantzed, ressalta que o mercado americano é parâmetro para a Bolsa brasileira. O humor positivo por lá foi determinante para o resultado doméstico, segundo ele.

"Tivemos um número muito positivo de CPI [sigla em inglês para índice de preços ao consumidor] americano, que veio zerado para mês de julho, e o núcleo [que desconta a variação de alimentos e energia, que são mais voláteis] também veio abaixo do esperado", comentou

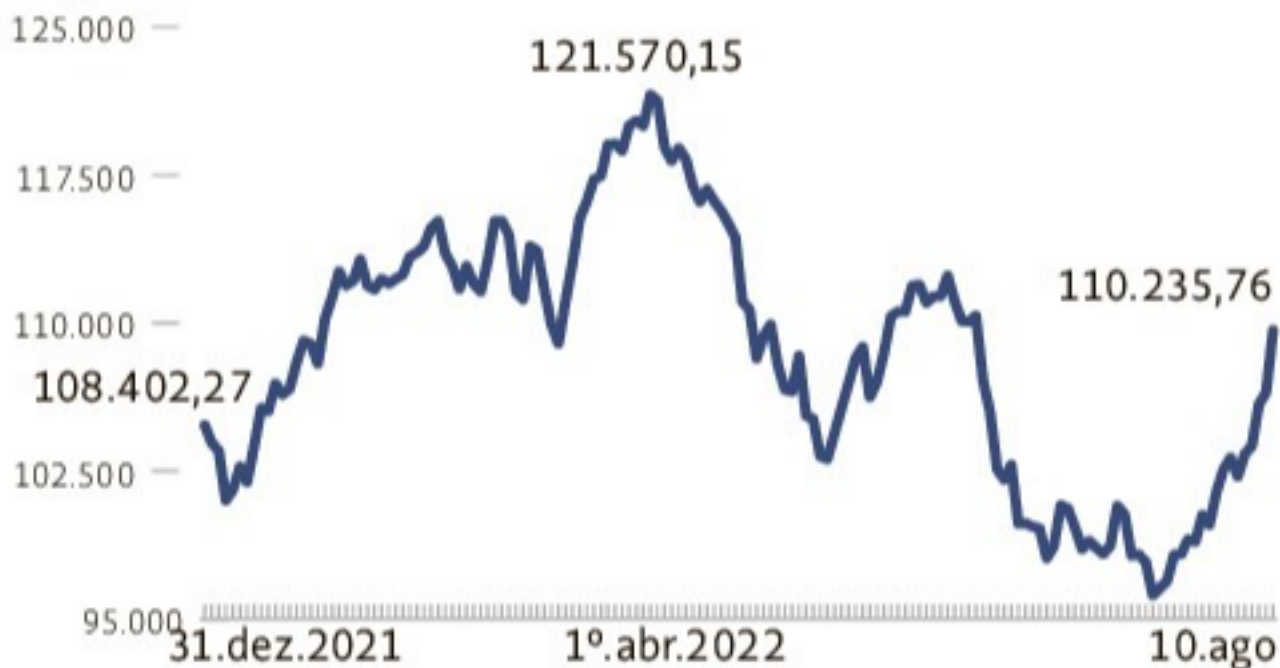
Os principais mercados europeus também subiram. A Bolsa de Londres ganhou 0,25%. Paris e Frankfurt fecharam com altas 0,52% e 1,23%.

**Site:**

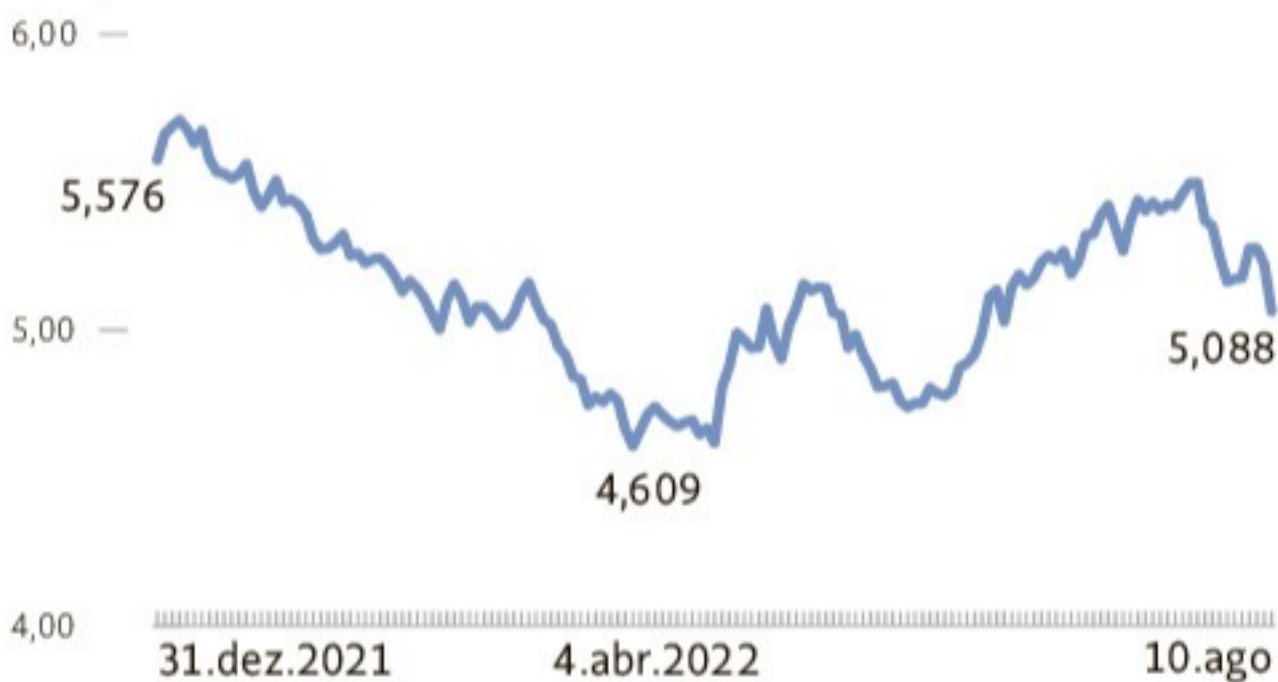
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>**

## Bolsa e dólar em 2022

Ibovespa  
Em pontos



Dólar  
Em R\$



Fonte: CMA

# Bolsonaro transforma teto de emenda de relator em piso



O presidente Jair Bolsonaro em cerimônia ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira  
Gabriela Biló - 19.abr.22/Folhapress

**Thiago Resende e Matheus Teixeira**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, com vetos, nesta quarta-feira (10) a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que dá as bases para a elaboração do Orçamento de 2023 - o primeiro de quem for eleito na corrida presidencial.

Como informou a Folha nesta terça (9), Bolsonaro manteve o uso das emendas de relator, que são distribuídas por critérios políticos e permitem que congressistas mais influentes possam abastecer seus redutos eleitorais.

Bolsonaro manteve o trecho que prevê o valor mínimo de R\$ 19,4 bilhões para as emendas de relator no projeto de Orçamento de 2023, que será apresentado até o fim de agosto ao Congresso.

No fim do ano passado, em meio a críticas desse tipo de emendas, o Congresso aprovou uma regra que impõe um teto a essa verba. O limite máximo é a soma de outros dois tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador tem direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região).

O dispositivo sancionado na LDO de 2023 prevê que, na prática, o projeto de Orçamento do próximo ano não tenha um valor para emendas de relator abaixo

desse teto. Ou seja, garante o valor máximo.

Isso, segundo técnicos do Congresso, engessa ainda mais o Orçamento e a execução dessas despesas no próximo ano.

Bolsonaro, apesar de buscar se desvincular de qualquer decisão envolvendo as emendas de relator, se fortaleceu politicamente no Congresso após a ampla distribuição desses recursos.

Lula, principal concorrente de Bolsonaro na corrida presidencial, tem criticado essa prática e defendido acabar com as emendas de relator

Em anos anteriores, o Congresso recebeu o projeto de Orçamento sem uma quantia definida para as emendas de relator. Com isso, acabou cortando até de despesas obrigatórias para conseguir ampliar o valor dessas emendas de negociação política.

Mas, com a sanção de Bolsonaro, o Ministério da Economia terá que encontrar espaço no Orçamento de 2023 para garantir os R\$ 19,4 bilhões em emendas de relator.

A equipe econômica, porém, já tem relatado dificuldade em conseguir acomodar as promessas do Palácio do Planalto na proposta orçamentária de 2023, como ampliação definitiva do valor do Auxílio Brasil para R\$ 600 e reajuste da tabela do Imposto de Renda.

O chefe do Executivo vetou mais de 30 trechos da proposta aprovada pelo Congresso em 12 de julho. A LDO é responsável por estabelecer quais metas e prioridades serão executadas no orçamento da União no ano seguinte. A sanção foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta.

Em um dos vetos, o presidente barrou o dispositivo que daria ao relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e ao presidente da CMO (Comissão

Mista de Orçamento), deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), o poder de indicar como e onde serão usados os recursos das emendas.

Castro é aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (PT). Sabino é ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Hoje, a divisão das emendas de relator é feita em acordos entre Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), líderes partidários e o relator. Mas cabe ao relator operacionalizar o uso da verba.

Aliados de Lira articularam o trecho para que Sabino também tivesse protagonismo nas negociações em 2023.

Mas o Palácio do Planalto vetou esse artigo. Com isso, técnicos do Congresso afirmam que há um vácuo sobre as regras para operacionalizar as emendas de relator em 2023, podendo inclusive deixar com os ministérios o poder de definir o destino do dinheiro.

O veto ainda será analisado pelo Congresso. Como em anos anteriores, a expectativa é que os parlamentares retornem ao texto a medida para que a verba das emendas sejam liberada de acordo com as prioridades definidas pelo próprio Congresso.

Segundo o governo, o veto foi adotado pois o trecho aprovado pelos parlamentares poderia "fomentar cunho personalístico nas indicações e priorizações das programações decorrentes de emendas e amplia as dificuldades operacionais para a execução da despesa pública".

O parlamento quase incluiu na LDO a obrigatoriedade do pagamento das chamadas emendas de relator.

A impositividade dessas emendas chegou a ser aprovada na CMO (Comissão Mista do Orçamento). A ideia era engessar o próximo presidente da República e ampliar o poder do Congresso sobre o Orçamento.

Os parlamentares, no entanto, recuaram e retiraram essa obrigatoriedade da norma.

A proposta foi aprovada com o voto favorável de 324 deputados federais, contra 110 contrários. PT, Novo, PC do B, PSB, PSOL e Rede orientaram votação contra o texto. No Senado, foram 46 favoráveis e 23 contra.

Na LDO, o governo prevê um crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) de 2,5%. Além disso, estimou crescimento na venda de veículos de 13,02% e aumentos de importações na casa dos 12,33% e na venda de bebidas de 3,35%.

A previsão do salário mínimo é de R\$ 1.294,00, considerando apenas o reajuste da **inflação**, medida pelo INPC projetado para 2022. Esse valor, no entanto, deve sofrer alterações ao longo do ano a

dependendo do comportamento da **inflação**.

O Executivo também prevê um "recurso gradual da taxa Selic" a partir de 2023.

"No setor externo, conforme as projeções de mercado coletadas no Boletim Focus do Banco Central, considera-se a tendência à apreciação da taxa de câmbio na média anual, ainda que com volatilidade no curto prazo", afirma o governo.

Em outro ponto, prevê uma meta de déficit primário para o Executivo federal ano que vem de R\$ 65,91 bilhões.

Bolsonaro também vetou o artigo que poderia dar ao Congresso mais poder para alterar a meta fiscal do ano. O trecho vetado previa que o Congresso poderia usar uma **inflação** (medida pelo IPCA) diferente da estimada pelo governo para corrigir a meta de resultado primário.

Reajuste especial para policiais em 2023 é vetado

O presidente Jair Bolsonaro vetou a proposta de reajuste especial para carreiras de policiais federais, civis e servidores da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Na LDO, rejeitou os trechos que autorizavam sua reestruturação e recomposição salarial.

Ele sancionou, porém, dispositivo que abre caminho para um reajuste mais amplo a servidores no próximo ano.

O governo enviou em abril a proposta de LDO já prevendo reserva de R\$ 11,7 bilhões para conceder reajustes ao funcionalismo federal, sem detalhar como a verba será usada.

No Congresso, o relator do projeto, senador Marcos do Val (Podemos-ES), incluiu um trecho para abrir caminho ao reajuste salarial e reestruturação de carreiras de policiais. O setor de segurança pública faz parte da base de apoio dele.

Pela proposta, o Orçamento de 2023 poderia prever recursos para beneficiar, por exemplo, a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, policiais penais, policiais civis, policiais do Distrito Federal e a Abin.

A medida foi aprovada pela CMO (comissão mista de Orçamento) e também pelo plenário do Congresso.

Com o veto ao dispositivo, essas carreiras passam a disputar a verba de R\$ 11,7 bilhões para reajuste amplo do funcionalismo em 2023.

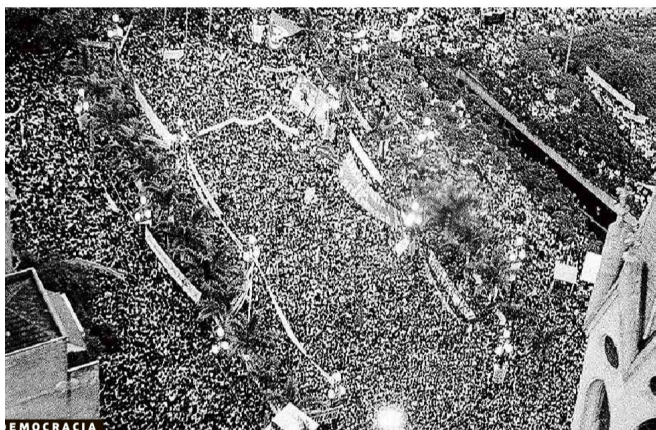
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000>**

# Por que ameaça à democracia afeta economia e negócios



DEMOCRACIA  
Uma pessoa pousa sobre faixa durante ato em favor da anistia a exilados e presos políticos.



DEMOCRACIA  
Início da campanha pelas Diretas Já na praça da Sé, em São Paulo, evento com público estimado em 300 mil pessoas.  
Mário Santos - 25 jan.1984 / Folhapress

**Daniela Arcanjo**

discussão ressurgiu periodicamente: regimes autoritários são positivos para a economia de um país?

Em 1999, em artigo no conceituado *Journal of Democracy*, o Nobel de Economia Amartya Kumar Sen apontou a ascensão da democracia no mundo como o acontecimento mais importante do século 20.

"Não há nenhuma evidência geral convincente de que governanças autoritárias e supressão de direitos políticos e civis sejam benéficas para o desenvolvimento econômico", escreveu o professor de Harvard.

Desde então, a China emergiu como potência rival dos EUA, e países autoritários no Oriente Médio se transformaram em poucos anos com o aumento

exponencial de suas riquezas, requeitando o debate.

Mais recentemente, a onda populista em nações estáveis engrossou o caldo da discussão. Estudos das últimas três décadas se dividem entre duas conclusões: 1) regimes autoritários e democráticos teriam uma performance parecida na economia; 2) democracias se saem melhor no desempenho econômico.

Entre as conclusões desses levantamentos está a de que as características de um modelo participativo tenderiam a gerar mais riqueza - e mais distribuição de renda.

\* Regimes democráticos são positivos para a economia? Diferentes estudos apontam que sim. Um deles, publicado em 2019 por pesquisadores das Universidades de Chicago, Boston, Columbia e MIT, acompanhou 175 países entre 1960 e 2010.

De acordo com a pesquisa, um país que escolhe a democracia pode obter um incremento do **PIB** per capita até 20% acima do de uma nação autocrática em um período de 25 anos. As descobertas sugerem que a democracia "contribui para o crescimento aumentando investimentos, encorajando reformas econômicas, melhorando a educação e a saúde e reduzindo a agitação social". Segundo os resultados, o crescimento independe do nível inicial de desenvolvimento econômico.

O que explica essa relação? Economia é troca e precisa de laços sociais, afirma o cientista político Josué Medeiros, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "O mercado não é só uma relação monetária na qual um paga e outro recebe, como se as pessoas não se relacionassem", diz o pesquisador. "Em um país em guerra civil, por exemplo, a economia vai para o buraco porque você não tem mais nem como conversar." Se em um primeiro momento a repressão pode dar a sensação de estabilidade, as chances de os grupos de um país se radicalizarem são grandes. No longo prazo, democracias tendem a ser mais pacíficas porque internalizamos conflitos da sociedade, propondo caminhos institucionais a eles.

Em contrapartida, governos autoritários reprimem. "Você produz um potencial de escalada de violência que acaba com qualquer tipo de previsibilidade,



estabilidade e laço social", afirma Medeiros.

Por que a democracia atrai negócios?

Estabilidade e previsibilidade são palavras-chave para negócios e a razão pela qual a roubos autoritários, e m geral, precedem abalos nos mercados. Para Ricardo Jacomassi, responsável pelas análises da empresa de investimentos TCP Partners, "quanto menos ruído houver, melhor para os investimentos".

"O ambiente democrático incentiva o investimento privado. Quando a gente compara, vê o quão benéfico é ter um ambiente de competitividade, em que as regras são claras e não serão mudadas por uma caneta." No caso do Brasil, uma ruptura institucional teria potencial para fazer um grande estrago, considerando a dependência que o país tem de exportações e de investimentos e tecnologia de fora. "É impensável fazer grandes investimentos em infraestrutura, energia e petróleo, por exemplo, se a gente não tiver esses capitais presentes", afirma o economista Clemens Nunes, professor de economia na FGV-SP.

Embora ocorram investimentos privados em ditaduras, Nunes diz que esse nunca é um quadro confortável para as empresas. "Um autocrata pode ser substituído, e você então perde a situação vantajosa que tinha." A democracia pode diminuir a desigualdade econômica? No terreno dos índices de desigualdade, pobreza e escolaridade, há forte consenso entre pesquisadores: a democracia é o melhor regime para aperfeiçoá-los. A liberdade de se organizar, fazer protestos e fundar partidos para pleitear demandas é um dos motivos para regimes democráticos despontarem na frente.

"Numa ditadura, o fórum de reclamações fica muito restrito. Instituições mais próximas da sociedade ficam congeladas em detrimento de uma elite política centralizadora", afirma Carolina Botelho, professora de ciência política da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A transparência também é importante. Pesquisas que mostrem bolsões de pobreza, desigualdade de gênero e problemas na saúde pública são centrais para a formulação de políticas públicas, mas podem arranhar a imagem do líder do momento -e serem proibidas ou manipuladas por governos autoritários.

Por que há países autoritários com economias pujantes? O fato de democracias terem tendência a um crescimento econômico maior não elimina a existência de bons desempenhos em ditaduras, mas tampouco há evidências de que o sucesso dessas nações se deva ao autoritarismo. O caso da China, por exemplo, pode estar relacionado a uma conjuntura

regional.

"Há países que tiveram uma década de crescimento muito rápido, mas o tipo de crescimento transformacional, de dois dígitos por mais de duas décadas, basicamente só ocorreu no leste da Ásia", diz Nicolas van de Walle, professor da Universidade Cornell e especialista em democratização.

O simples fato de não poder trocar de governante, por si só, é um ponto negativo de ditaduras para a economia, segundo Walle. "Você não pode se livrar de um líder ruim", afirma. "Há muitas evidências de ditadores que foram bons nos primeiros quatro ou cinco anos e depois pioraram progressivamente."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50000&anchor=6461047&pd=9dc6b7da02b0e37f92edebfbde75bec0>**

# Guedes cita alvo de 60% do PIB para dívida pública

**ADRIANA FERNANDES**

Na discussão sobre uma banda de flutuação para a dívida pública, que funcionaria como uma nova âncora fiscal para o País, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem preferência por uma margem de tolerância de 10 pontos percentuais. O modelo em estudo pelos técnicos do ministério para a nova regra, como revelou o Estadão na terça-feira passada, é inspirado no sistema de metas de inflação adotado pelo Banco Central desde 1999.

O ministro citou uma banda entre 50% e 70% para a relação entre a dívida bruta e o Produto Interno Bruto (**PIB**). Nesse caso, o alvo central seria 60%, patamar da dívida de países emergentes, como o Brasil, mas que têm grau de investimento - o selo de bom pagador conferido pelas agências de classificação de risco.

Guedes procurou deixar claro que a regulamentação da meta para a dívida não tem relação com o aumento de gastos com programas sociais incluído em Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovada pelo Congresso. A regra, incluída em emenda constitucional aprovada no ano passado, não significa abandono do teto de gastos (trava que existe para o crescimento das despesas com base na inflação).

De lá para cá, os técnicos vêm se debruçando na melhor proposta.

"Teto é bandeira, não é dogma", afirmou. O ministro disse que não abre mão do teto de gastos, mas não descarta ajustes.

Segundo ele, o arcabouço fiscal ganhará ferramentas adicionais de controle. O desenho final não está fechado. No sistema de metas, o BC controla a inflação por meio da política de alta ou queda da taxa Selic, os juros básicos da economia brasileira.

No caso da política fiscal, a dívida não é o instrumento, mas o alvo. Entre as ferramentas, ele citou uma "arquitetura" fiscal mais ampla que inclui não somente o resultado primário e o controle dos gastos, mas também variáveis como receitas de privatização para a diminuição da dívida, como aconteceu recentemente com a venda da Eletrobras. Essas receitas extraordinárias permitiram ao governo, segundo ele, aumentar os gastos no curto prazo sem

prejudicar a trajetória de queda da dívida.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>